

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
CURSO DE BACHARELADO EM TURISMO

KELINE SOUSA COIMBRA

**MEMÓRIA, IDENTIDADE E CULTURA: O PATRIMÔNIO HISTÓRICO EDIFICADO
DO ENTORNO DA PRAÇA DA BANDEIRA EM TERESINA/PI COMO FORMA DE
AGREGAR VALOR AO TURISMO LOCAL.**

TERESINA (PI)

2017

KELINE SOUSA COIMBRA

**MEMÓRIA, IDENTIDADE E CULTURA: O PATRIMÔNIO HISTÓRICO EDIFICADO
DO ENTORNO DA PRAÇA DA BANDEIRA EM TERESINA/PI COMO FORMA DE
AGREGAR VALOR AO TURISMO LOCAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Universidade Estadual do Piauí – UESPI,
como requisito parcial para a obtenção do grau
de Bacharel em Turismo, sob a orientação do
professor Mestre em Educação Antonio
Maureni Vaz Verçosa de Melo.

TERESINA (PI)

2017

C652m Coimbra, Keline Sousa.

Memória, identidade e cultura: o patrimônio histórico edificado do entorno da praça da bandeira em Teresina /Pi como forma de agregar valor ao turismo local / Keline Sousa Coimbra. - 2017.
80f.

Monografia (graduação) – Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Curso Bacharelado em Turismo, 2017.

“Orientador(a): Prof. Msc. Antonio Maurení Vaz Verçosa de Melo.”

1. Turismo cultural. 2. Patrimônio edificado. 3. Memória urbana.
I. Título.

CDD: 338.479

Ficha elaborada pelo Serviço de Catalogação da Biblioteca Central da UESPI
Grasielly Muniz (Bibliotecária) CRB 3/1067

KELINE SOUSA COIMBRA

**MEMÓRIA, IDENTIDADE E CULTURA: O PATRIMÔNIO HISTÓRICO EDIFICADO
DO ENTORNO DA PRAÇA DA BANDEIRA EM TERESINA/PI COMO FORMA DE
AGREGAR VALOR AO TURISMO LOCAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Universidade Estadual do Piauí – UESPI,
como requisito parcial para a obtenção do grau
de Bacharel em Turismo, sob a orientação do
professor Mestre em Educação Antonio
Maureni Vaz Verçosa de Melo.

APROVADA EM: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Antonio Maureni Vaz Verçosa de Melo
Mestre em Educação (UFPI)

2º Membro: Francysco Renato Antunes Lopes
Mestre em Geografia (UFPI)

3º Membro: Ana Angélica Fonseca Costa
Mestre em Gestão de Negócios Turísticos (UECE/UB – Espanha)

Dedico aos meus amados pais, minhas fontes de inspiração, por todo o amor, compreensão, suporte, educação e por sempre acreditarem em mim. Essa conquista é pra vocês e por vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, que até aqui me ajudou.

Aos meus pais, Miriam e Carlos, que sem eles essa realização não seria possível. Pelo apoio incondicional em todos os momentos, desde o momento da escolha do curso até o último dia de aula, e pelo imensurável suporte emocional e financeiro.

À minha irmã e melhor amiga, Kelita, meu exemplo de determinação. Pela parceria, desde quando éramos vestibulandas, por todo o companheirismo, cuidado e auxílio que sempre me dispensou.

Aos parceiros mais próximos, que chegaram ao fim desse ciclo ao meu lado, Geovam, Lucas, Maria de Nazaré e Alex, pela companhia e amizade.

À família Coimbra, pelo carinho.

Aos amigos que o curso me deu e aos demais colegas de classe, pelos momentos e aprendizados compartilhados.

Ao mestre Antonio Maureni, pela orientação, disposição e motivação.

Aos professores Renato Antunes e Ana Angélica Costa pelas orientações extras e suporte.

A todos os demais professores que nos acompanharam ao longo desse caminho, por todo o conhecimento e lições de vida.

À equipe do Blue Tree Towers Rio Poty e da TDF Turismo, pelos estágios e experiências proporcionados.

Aos demais colegas que conheci nos lugares que passei, na UESPI, nas viagens, trabalhos de campo e nas empresas que trabalhei e que ajudaram a tornar essa jornada mais agradável.

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma análise da viabilidade de uso turístico do patrimônio edificado situado nas adjacências da Praça da Bandeira em Teresina, PI. Para se chegar a esse resultado, o seguinte questionamento norteou a pesquisa: como o patrimônio arquitetônico do entorno da Praça da Bandeira pode contribuir para fortalecer o turismo local? O principal objetivo do trabalho foi analisar a contribuição que o conjunto arquitetônico do entorno da Praça da Bandeira pode oferecer para fortalecer o turismo local. Visando identificar debilidades e oportunidades observadas na área, bem como as possibilidades de uso cultural deste patrimônio como forma de promover a ocupação e revitalização da região no qual ele se encontra, os objetivos específicos discutiram como o patrimônio se relaciona e é percebido pela população local e por turistas, como esse espaço é apropriado pela atividade turística atualmente e quais sugestões podem ser feitas com o intuito de encorajar e melhorar essa atividade. Como procedimentos metodológicos, o estudo foi baseado em pesquisas bibliográficas, coleta de dados secundários e entrevistas. Em conclusão, os resultados indicaram que a adoção de políticas que promovam o uso cultural deste patrimônio, aproximá-lo à comunidade local e aos visitantes e a revitalização podem ser caminhos eficientes para tornar a atividade turística mais viável e útil no desenvolvimento social e econômico da área.

Palavras-chave: Turismo cultural. Patrimônio edificado. Memória urbana.

ABSTRACT

The current work provides an analysis of touristic use viability of the built heritage, situated in the surroundings of Bandeira Square in Teresina, PI. To reach that result, the following question guided the research: how this heritage can contribute to strengthen the local tourism? The main objective was to analyse the contribution that the architectonical heritage set of the surroundings of Praça da Bandeira Square can offer for strengthen the local tourism. Aiming to identify weakness and opportunities observed in the area as well as the possibilities of the cultural use of this heritage as way to promote the occupation and revitalization of the region which it is situated, this paper discussed on the means as this heritage relates and is perceived by tourists and the local community, how this space is appropriate by the touristic activity currently and which suggestions can be done in order to encourage and improve this activity. As methodological procedure this study was based on bibliographic research, secondary data survey and interviews. In conclusion, the results indicated that adopting politics that promote the cultural use of this heritage, approaching it to the local community and visitors and revitalization can be an efficient way to make touristic activity more viable and useful for social and economic local development.

Keywords: Cultural tourism. Built heritage. Urban memory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS

01 – Sexo dos frequentadores e transeuntes da Praça da Bandeira	49
02 – Faixa etária dos entrevistados.....	50
03 – Principal finalidade ao frequentar o entorno da Praça.....	50
04 – Quantidade de prédios históricos do entorno da Praça já visitados	50
05 – Símbolo escolhido para representar um cartão postal de Teresina	50
06 – Interesse na visitação de prédios históricos	51
07 – Elemento que primeiro vem à mente ao lembrar-se da Praça e seu entorno....	52
08 – Principal empecilho ao se circular pela Praça da Bandeira	54
09 – Fator que mais atrapalha a visualização de prédios históricos	54
10 – Interesse em atividades culturais na região	55
11 – Interesse em indicar a região para visitação	55
12 – Sexo dos usuários analisados do site TripAdvisor	58
13 – Distribuição dos usuários do site por região	58
14 – Avaliação dos prédios históricos segundo usuários do site	59

FIGURAS

01 – Miniatura do Plano de Teresina.....	30
02 – Praça da Bandeira e seu conjunto edificado nos primeiros anos de Teresina...	30
03 – Antiga sede da Justiça Federal, atual Casa da Cidadania (CENAJUS).	33
04 – Detalhes da fachada da atual sede do Palácio da Cidade	33
05 – Atual sede da Fundação Wall Ferraz	34
06 – A apropriação desordenada do comércio em frente ao Museu do Piauí	45
07 – Veículos estacionados em frente a prédios administrativos	45

08 – Movimentação de pessoas no terminal de ônibus, em frente ao Mercado Público	46
09 – Baixa ocupação da área aos finais de semana	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COMEPI – Companhia Editorial do Piauí

CRC – Coordenação de Registro e Conservação

EMGERPI – Empresa de Gestão de Recursos do Piauí

FUNDAC/PI – Fundação Cultural do Piauí

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MINC – Ministério da Cultura

MTUR – Ministério do Turismo

SEMDEC – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

ZP – Zona de Proteção Ambiental

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 PATRIMÔNIO, CULTURA E IDENTIDADE	15
2.1 OS PILARES DA CULTURA: MEMÓRIA E IDENTIDADE	17
2.2 A RELAÇÃO ENTRE CULTURA E TURISMO	21
2.3 PATRIMÔNIO CULTURAL: ORIGENS E DEFINIÇÕES	24
3 O CONJUNTO ARQUITETÔNICO DA PRAÇA DA BANDEIRA	28
3.1 ÀS ORIGENS DE TERESINA: A HISTÓRIA DA PRAÇA DA BANDEIRA	28
3.2 O PATRIMÔNIO EDIFICADO DO ENTORNO DA PRAÇA DA BANDEIRA	31
4 TURISMO E PATRIMÔNIO: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL	35
4.1 O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO COMO RECURSO TURÍSTICO	35
4.2 TURISMO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	39
5 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	41
5.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	41
5.2 AMOSTRA	42
5.3 INSTRUMENTO DE COLETA	43
6 PESQUISA SOBRE A OPINIÃO DE TRANSEUNTES E TURISTAS	44
6.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO	44
6.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS	49
6.2.1 Análise dos questionários direcionados a transeuntes	49
6.2.2 Análise das avaliações de turistas no site TripAdvisor	57
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	65
APÊNDICE A – Questionário aplicado a transeuntes e frequentadores	70
APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido	71

1 INTRODUÇÃO

O núcleo histórico de uma cidade, formado por seus primeiros focos de ocupação, é uma das principais formas de compreendê-la, pois é partir de onde ela se origina e suas relações e funções sociais são estabelecidas. As heranças culturais de outros tempos são aspectos e características do patrimônio edificado presentes nesses núcleos que a história e as transformações de uma localidade se permitem sintetizar de maneira mais evidente, propondo uma narrativa ao olhar de residentes e visitantes.

O turismo, enquanto uma manifestação cultural, pode se utilizar desse patrimônio de diversas formas, visando à valorização e preservação de características e bens culturais de uma localidade, ao passo que oferece alternativas para o desenvolvimento econômico e a diversificação da oferta turística, onde ela já existe.

Em Teresina, seu núcleo histórico é formado pela área onde oficialmente a cidade se originou no ano de 1852, como antiga Vila Nova do Poty, quando da sua fundação como nova capital do Piauí aos arredores da então Praça da Constituição, a qual oficialmente agora é nomeada Praça Marechal Deodoro da Fonseca, mais popularmente conhecida como Praça da Bandeira. Em seu entorno se edificaram alguns dos primeiros e mais importantes imóveis da cidade, que constituem bens de valor histórico de propriedade pública, e que atualmente desempenham funções administrativas.

Entretanto, apesar do uso e conservação dessas construções que resistiram ao tempo e às transformações da cidade nos dias de hoje, esse patrimônio tem seu real valor suprimido em face às novas dinâmicas assimiladas pelo local, incluindo os que são considerados atrativos turísticos, e mesmo estes se configuram como tal apenas de forma isolada e não em conjunto.

Assim, tendo em vista o valor histórico e cultural inerente aos imóveis culturais localizados no entorno da Praça da Bandeira, e quanto à sua função social de referencial de memória para residentes e turistas, o problema da pesquisa se

constitui na indagação: como o patrimônio arquitetônico do entorno da Praça da Bandeira pode contribuir para fortalecer o turismo local?

Por compreender que estes bens históricos, somados à própria Praça compõem importante referencial identitário, histórico e emblemático da cidade, sendo representativo para residentes e turistas, pondera-se que se incorporados aos atrativos turísticos já existentes e, sendo mais bem aproveitado para além das funções administrativas que desempenham, esse cenário edificado pode influenciar na capacidade de atrair visitantes, na diversificação da oferta turística da cidade e na própria valorização do patrimônio, além de contribuir na revitalização social e cultural da área em que estas construções se encontram.

Diante do exposto, o presente trabalho pretende analisar a contribuição que o conjunto arquitetônico do entorno da Praça da Bandeira pode oferecer para fortalecer o turismo local, através da compreensão de sua relevância histórico-cultural e suas relações sociais. Objetiva-se também delinear o modo como esse espaço é apropriado atualmente pela atividade turística, visando identificar debilidades e oportunidades, e analisar as possibilidades de inserção e usos culturais do patrimônio como forma de promover a ocupação e revitalização da região, apontando alternativas que promovam seu desenvolvimento sustentável e a valorização desses bens culturais.

Neste trabalho, o conjunto arquitetônico considerado foram os imóveis de propriedade pública, tombados a nível estadual por legislação (Lei nº 4.515 de 09 de novembro de 1992) pertinente, e protegidos por lei municipal (Lei Complementar nº 3.563 de 20 de outubro de 2006, que os definem enquanto bens de valor histórico e cultural e estabelece a Praça Marechal Deodoro da Fonseca como zona de proteção ambiental.

Como recurso metodológico, a pesquisa foi dividida em duas etapas, na qual inicialmente foi fundamentada em referências bibliográficas, a fim de compreender a relação e interpretação do patrimônio edificado em estudo. Na segunda etapa ocorreu a aplicação de um questionário semiestruturado direcionado a transeuntes e frequentadores do entorno da Praça da Bandeira, considerando uma amostra aleatória de 110 pessoas, além de ter sido realizada uma coleta de dados secundários, considerado uma amostra aleatória de 40 usuários do site de viagens

TripAdvisor¹ que estiveram em visita ao patrimônio edificado caracterizado no presente estudo e publicaram avaliações acerca do mesmo, totalizando uma amostra de 150 pessoas entre autóctones e turistas.

A estrutura deste estudo está dividida em sete partes, no qual a primeira se constitui da introdução, apresentando a justificativa e os objetivos do trabalho; a segunda trata de definições relacionadas ao tema abordado, reunindo a fundamentação teórica e o aporte científico por meio dos conceitos que justificam a proposta principal do trabalho, percorrendo sobre memória, identidade e patrimônio cultural, e estabelecendo um elo destes com o turismo.

A terceira parte se refere ao objeto em estudo, a Praça da Bandeira e seu entorno, seu surgimento e desenvolvimento, traçando o histórico da localidade, as funções e o papel desempenhado por seu patrimônio arquitetônico no curso do tempo, bem como sua relação com o meio em que se insere, ressaltando a importância assumida por ela enquanto núcleo histórico e econômico de Teresina nos dias atuais.

A quarta parte relaciona a apropriação do patrimônio cultural pelo turismo e os fatores preponderantes dessa relação, focalizando na realidade da área em estudo, analisando os aspectos negativos identificados e demais aspectos que podem corroborar a atividade turística na região, apresentando propostas para tal fim.

A quinta parte enumera a metodologia empregada no desenvolvimento do trabalho, apresentando os resultados obtidos por meio da aplicação de questionários, quanto à percepção e opinião a respeito do conjunto arquitetônico do entorno da Praça da Bandeira sob o ponto de vista de residentes e turistas, procurando compreender a relação destes grupos com esse patrimônio, e a sexta e última parte contendo as conclusões e considerações finais obtidas com a execução do mesmo.

¹ O TripAdvisor é um site de viagens que reúne informações, avaliações e reservas de atrativos turísticos, restaurantes e meios de hospedagem. Destaca-se por ser a maior e mais popular comunidade de viagens do mundo, contado com milhões de usuários em todo o mundo e cerca de 435 milhões de avaliações e opiniões de viajantes (TRIPADVISOR, 2016).

Já a sexta parte do trabalho apresenta a caracterização e análise dos resultados obtidos nas duas coletas de dados empregadas para se obter informações acerca do objeto investigado, apresentando resultados tabulados sob a forma de gráficos e tabelas.

A sétima e última parte do presente estudo reúne as considerações finais e conclusões obtidas a partir da sua realização, expondo opiniões e sugestões de melhorias para que os objetivos apresentados possam ser alcançados.

2 PATRIMÔNIO, CULTURA E IDENTIDADE

A interação entre indivíduos e seu reconhecimento enquanto pertencentes a um determinado grupo social é definida por aspectos culturais que os caracterizam, conectam e os distinguem dos demais, assim como condicionam a visão do indivíduo em relação ao meio em que se insere e a si próprio. Dessa interação resultam símbolos que constituem referenciais na afirmação e reconstrução imaginária dos grupos sociais, pois trazem consigo valores que motivam esses sentimentos.

O patrimônio material, além de um representativo cultural, pode ser considerado também uma dessas referências. No entanto, para que seja possível compreender o real valor emblemático e significativo que ele desempenha é preciso observar sua relação com outros aspectos mais amplos e sua inserção contemporânea, fugindo à noção habitual que tende a se limitar apenas ao seu valor como bem antigo e material. Sua contribuição, no entanto, vai além, estendendo-se na construção da memória, identidade e a forma como suas comunidades a elas se relacionam além também da composição da paisagem simbólica de uma localidade.

O conceito de paisagem, nesse contexto, é amplo e pode assumir diversas conotações, a partir da ótica em que é analisado, podendo priorizar aspectos geográficos tanto físicos quanto humanos. Numa definição simplificada, Ross (1996, p.199) explana que “a paisagem é o arranjo espacial visível e é formada pela natureza transformada pelo homem (em seus diferentes níveis de transformação)”. Entende-se, logo, que ela se relaciona às formas de organização, modelagem e modificação do espaço natural através da ação antrópica, que imprime marcas da ocupação humana, das suas formas de vida e as relações que estabelecem.

Teles (2009 p.23) vai mais além, por sua vez, tratando da classificação entre paisagem natural e paisagem cultural, a qual àquela se refere “aos elementos combinados de terreno, vegetação, solo rios e lagos” ao passo que esta “humanizada, inclui todas as modificações feitas pelo homem, como nos espaços

urbanos e rurais”, as quais se diferenciam de acordo com as características da ocupação de cada grupo social.

Desse ponto de vista, memória e paisagem estão diretamente relacionadas, e esse sincretismo se baseia na existência de símbolos que dão estrutura à mesma (COSTA, 2008), que é composta de características e elementos produzidos a partir das diversas interações sociais, e que se desenvolvem de acordo com o contexto histórico em que elas transcorrem, além de revelar influências na produção e ocupação do espaço urbano.

A memória e a identidade, por sua vez, entrelaçam-se à cultura na constituição e solidificação de grupos sociais compostos de indivíduos distintos, e que se interligam por meio de práticas e hábitos adquiridos e partilhados conjuntamente. Abreu (2016) aponta que na atualidade se tem observado uma mudança de paradigmas no que diz respeito à memória, sobretudo dos lugares e seus patrimônios, como resultado da necessidade de diferenciação dos espaços através da valorização de aspectos identitários próprios de cada sociedade. Tal necessidade é sentida diante da padronização imposta por processos, tais como a globalização fortemente ocorrida nos dois últimos séculos e que, diante desse cenário de homogeneidade, a recuperação da identidade pode ser usada como forma de defesa e mesmo estratégica, ao instigar a curiosidade e consequentemente, despertar interesse turístico.

Considerando também o caráter do turismo, sua apropriação sobre áreas naturais, culturais e artificiais, bem como seu campo de influência para muito além apenas do contexto econômico, mas, sobretudo do social, faz-se necessário o aporte multidisciplinar com outras áreas do conhecimento no entendimento das variáveis e fenômenos relacionados às interações humanas, tanto para a sua análise como para o planejamento.

2.1 OS PILARES DA CULTURA: MEMÓRIA E IDENTIDADE

Enquanto seres intrinsecamente sociais, as relações estabelecidas entre os indivíduos contribuem na composição de formas de organização, padrões e

comportamentos, que constituem o que se entende por cultura. Apesar da conceituação de cultura e sua percepção enquanto um fenômeno passivo de análise seja relativamente recente, a consciência a respeito da existência de costumes que variavam de acordo com a nação ou povo já era constatada desde a antiguidade, expressando as formas distintas de entendimento da realidade através da peculiaridade nos modos de organização social.

Apesar da multiplicidade de definições e a dificuldade em se estabelecer parâmetros, todas coincidem na compreensão de que a cultura se relaciona com os modos de vida e conjunto de práticas sociais particulares a cada povo. Edward B. Tylor foi quem primeiro elaborou o conceito moderno de cultura sob o ponto de vista antropológico a partir da unificação dos termos germânicos *kultur* e *zivilization*, que denotavam o desenvolvimento e as condições intelectuais e espirituais, e os feitos materiais, respectivamente, de uma comunidade. (LARAIA, 2001) Partindo desses conceitos, Tylor definiu como cultura “todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costumes e qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (TYLOR, 1920, p.1). Este autor entendia ainda o estudo da vida humana como um ramo das ciências naturais com causas e regularidades bem definidas, o que justificaria o estudo sistemático da cultura, mas explica a sua diversidade unicamente como do ponto de vista evolucionista e como consequência deste processo, enquanto outros estudiosos creditavam essa condição às influências do meio (LARAIA, 2001).

Hoje se entende que a cultura não é uma determinação biológica ou natural, mas pode ser influenciada de várias formas, como por condicionantes geográficos, por exemplo. O seu processo de continuação se dá por sua transmissão entre as gerações subsequentes e a sua expressão em práticas institucionalizadas no cotidiano. Do mesmo modo, a cultura ainda pode ser utilizada para designar tanto um produto como um processo.

É por meio do contato com outros grupos que podemos identificar costumes em comum ou diferenças, de acordo com nossos referenciais culturais. Por exemplo, as noções de certo ou errado, morais e religiosas são resultantes da carga cultural que o indivíduo traz consigo, e que é comumente utilizado como parâmetro comportamental. Os indivíduos, embora sejam seres autônomos,

reconhecem-se e afirmam-se como integrantes de um grupo maior; e sem essa referência de pertencimento experimentaríamos um sentimento de perda subjetiva.

É através do simbolismo que o conhecimento e a experiência adquiridos por um grupo podem ser condensados e então transmitidos às gerações seguintes. De fato, esse sistema simbólico não apenas sintetiza valores em elementos e rituais, mas sustenta a personalidade e identifica um determinado povo, uma vez que “a capacidade de produzir e entender símbolos é, provavelmente, a característica mais distintiva dos grupos humanos” (BARRETTO, 2007, p.19). Assim, a história e a tradição, tal como as características intelectuais e artísticas, também influenciam na produção de elementos que podem ser objetificados enquanto referenciais de memória e identidade, solidificando os discursos dos grupos sociais.

A cultura exerce também influências na forma como as sociedades se organizam e funcionam ao reunir características sociais, intelectuais e artísticas fundamentais na construção do caráter humano. Essas identidades são um sistema de representação cultural e não nascem com os indivíduos, mas se tornaram parte dele à medida que ele se compreende como membro de um grupo, como uma nação, portanto, é também um processo, sobretudo social. Tal como a cultura, a identidade se relaciona sumariamente com a imagem que o sujeito constrói de si, para si e para os outros (POLLACK, 1992).

Por sua vez, Hall (1992) reforça as noções atreladas ao termo ao conflitar as ideias da essência individual e social da identidade, sintetizando três definições concebidas em momentos históricos diferentes, a saber: sujeito do iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno. A identidade do primeiro é compreendida no contexto do Iluminismo como algo inerente e particular ao indivíduo, centrada no próprio “eu”. Essa apresentava caráter fixo e imutável, seguindo-o desde o seu nascimento até à sua morte, e se reforçava nas classes, etnias em que o indivíduo se inseria (tribos, clãs, etc.).

Em contraste, o sujeito sociológico seria interativo e se baseava na sua relação com outras pessoas que seriam responsáveis por mediar os símbolos e sentidos do mundo o qual ele faz parte. Nessa concepção, a construção da identidade acontecia através de um intercâmbio do indivíduo com o meio; este

absorve valores daquele ao mesmo tempo em que se projeta nele; “a identidade, então, costura o sujeito à estrutura” (HALL, 1992, p.11). Já no sujeito pós-moderno, que se enquadra nos dias atuais, entretanto, essa concepção se revela em colapso por instabilidade diante da fragmentação da unidade do que era entendido por identidade, agora não mais como algo fechado e fixo, mas dinâmico e transitório diante de uma dimensão de mundo muito mais amplo em que não se pode ficar indiferente às mudanças, e cujas múltiplas identidades coexistem e contrapõe-se o tempo todo, passando o indivíduo a assumir várias delas ao longo de sua vida.

Essa última noção se relaciona à mundialização da cultura como consequência do processo de globalização e seus recursos tecnológicos, o que, com efeito, levou à fácil propagação e assimilação de aspectos culturais distintos, levando a uma padronização. Embora multifacetado do ponto de vista identitário, o sujeito pós-moderno tem sentido a busca pelo reforço da própria identidade, e isso se faz evidente à medida que ele sente a necessidade de voltar à atenção às suas próprias origens, questionando-as e buscando em suas referências o sentimento de pertença. Para Barretto:

Manter alguma identidade parece ser essencial para que as pessoas se sintam seguras, unidas aos seus antepassados ou aos seus semelhantes por laços extemporâneos que transcendam o espaço geográfico, a costumes e hábitos que lhes deem segurança, que lhes informem de onde vêm; enfim, para que as pessoas não se percam no turbilhão de informações, mudanças repentinas e quantidade de estímulos que o mundo atual oferece. (BARRETO, 2007, p.97)

Assim, a identidade é também um mecanismo de unificação. No caso das nações, por exemplo, ela tem sido amplamente utilizada como mecanismo para sustentar a ideia de um todo, caracterizado por ideais, condutas, crenças e um passado em comum, que o ancora na história por meio da memória compartilhada, lança parâmetros para a compreensão do presente e esboça as perspectivas de futuro. Choey (2011, p.112) afirma que “indivíduos e sociedades não podem preservar e desenvolver sua identidade senão pela duração e pela memória”, e por essa razão esses dois conceitos estão tão intimamente relacionados, ao se considerar que uma das finalidades da memória é a afirmação da identidade.

Essa, por sua vez, está associada à nossa capacidade de recordação de fatos acontecidos no qual os depoimentos relacionados a esses fatos são organizados e projetados no presente, consciente ou inconscientemente. A

memória, não diz respeito apenas à capacidade de trazer à lembrança eventos que tomaram cenário em um tempo passado, mas principalmente de (re) significar essas recordações no novo tempo em que elas são evocadas. É “a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução”. (NORA, 1993, p.9) A memória atua na construção da identidade, e solidifica esta à medida que contribui no sentimento de continuidade e pertencimento do indivíduo em um grupo social, e da própria coerência quanto a esse pertencimento. (POLACK, 1992).

Logo também se trata de um processo social, subjetivo e dinâmico que só é possível por meio de interações sociais. Halwachs (1990) defende a qualidade e evocação coletiva da memória, mesmo quando ela é aparentemente construída individualmente, ou seja, quando não há outros indivíduos diretamente relacionados na construção da memória em questão, sustentando que quando apoiamos nossas lembranças na dos outros, seja no intuito de fortalecê-las ou enfraquecê-las, elas se tornam mais vívidas, precisas e intensas.

No contexto geográfico, Pesavento (2005) discute a busca da memória e da história no resgate do passado de uma cidade, como um cenário incorporado de narrativas, por meio das representações, chamando à atenção para um olhar que contemple a temporalidade que ela oferece. Esta, como um espaço físico produzido e transformado pelas interações sociais é um local de registro vivo de marcas temporais que podem ser traçados pela memória, cujo trabalho de representação pode se alicerçar na objetificação de materiais que evoquem a memorização, trazendo consigo um testemunho que confere credibilidade e coerência aos seus enredos, como o patrimônio material. Assim:

A identidade, a fim de ser efetiva, deve ter certo tipo de materialidade: os totens que simbolizam a solidariedade sentida por gerações de indivíduos heterogêneos diante de uma narrativa unificada de pertencimento. Nesse contexto, o patrimônio fornece um material bastante efetivo e simbólico de suporte a essas narrativas, ambos servindo como recurso de representação das identidades e um lugar para sua manifestação. (ANICO e PERALTA, 2008, p.1, tradução nossa)

Dessa forma, o patrimônio é um elemento de memória atribuído de poder de narrativa e representação. É um autêntico testemunho do passado, e uma manifestação material de características culturais e, portanto, está imbuído de valor, que pode ser utilizado como representativo simbólico e histórico de um grupo e sua localidade.

2.2 A RELAÇÃO ENTRE CULTURA E TURISMO

A relação da cultura com o turismo é bastante ampla e pode assumir diversas formas, uma vez que ela pode se relacionar a muitos elementos envolvidos a ele. Embora abranja uma multiplicidade de áreas e setores e se trate de uma atividade econômica, o turismo é, antes de qualquer coisa, um fenômeno inerentemente social, uma vez que ele sempre é provocado por um agente principal que é o turista, e no qual o processo de socialização se vê favorecido e acentuado (DIAS, 2008).

A abrangência do turismo pela cultura pode acontecer em diversas perspectivas, sejam nas práticas usuais, padrões comportamentais ou figurando como o próprio atrativo turístico. O deslocamento de pessoas de uma localidade para outra, que é a principal característica do turismo, por si só já é uma experiência que implica em impactos culturais e sociais nas localidades receptoras através, do contato entre autóctones e turistas. Barretto (2007) disserta acerca dessa diversidade que infere nas condutas de ambos os grupos envolvidos, além da própria organização e gestão do turismo, incluindo as empresas do setor que se transformaram para acompanhar as mudanças sociais que foram surgindo, sendo uma delas a apropriação de recursos compatíveis às novas tendências culturais das localidades.

As viagens, que durante muito tempo foram vistas como uma prática característica apenas de determinados setores da sociedade, aderiram-se às sociedades pós-industriais como um direito tão necessário quanto o descanso. A curiosidade provocada pela diversidade cultural sempre motivou nos seres humanos uma busca em tentar conhecer o outro e compreender outras formas de vida, seja através de viagens ou da mudança de rotina (MENESES, 2013). Assim, o turismo cultural é uma das modalidades mais antigas de deslocamento. As civilizações ocidentais já praticavam viagens por motivos religiosos, como as peregrinações durante a Idade Média, e de conhecimento, como o *Grand Tour*, no qual jovens eram enviados em jornadas de fins educativos para localidades distantes. Desde

esse período também, artefatos e monumentos mais antigos já eram atrativos e atraíam à visitação, como as pirâmides egípcias e os jardins suspensos da Babilônia durante a antiguidade, e posteriormente as cidades europeias com grande produção artística e arquitetônica.

Diante das novas perspectivas contemporâneas, que impulsionaram o desenvolvimento de nichos de mercado que visavam maior atenção e criação de produtos adequados para atender às demandas e expectativas do consumidor, o turismo cultural se solidificou enquanto segmento turístico. Segundo a definição do Ministério do Turismo (MTUR, 2010, p.15), este segmento “compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura”. Já na língua inglesa, o turismo cultural é frequentemente designado como *heritage tourism*, que em livre tradução significa “turismo patrimonial”, fazendo alusão ao legado cultural de uma sociedade. Já Timothy (2013, p.6, tradução nossa) sintetiza os termos turismo patrimonial e turismo cultural como *cultural heritage tourism*, que “envolve patrimônio edificado, estilos de vida, artefatos antigos e arte e cultura moderna”.

O turismo cultural propõe uma experiência mais autêntica da localidade visitada ao ir de encontro com suas particularidades e história. Supõe-se ainda que o perfil desse turista também seja diferenciado, caracterizando-se por nível de educação mais elevado e no qual se espera maior respeito à localidade, uma vez que ele se interessa em conhecer e respeitar a cultura local. Alguns fatores que podemos apontar como chamariz para essa forma de turismo é o interesse pela singularidade, peculiaridade e por culturas que aparentam manter sua autenticidade. Soma-se ainda à recente tendência de fuga das práticas tradicionais de turismo, convergindo para a busca por novas formas de turismo alternativas e “limpas” que permitam maior proximidade com recursos naturais e culturais sem que, no entanto, haja demasiado prejuízo social e ambiental. Pode-se inferir que todas as localidades possuem aspectos culturais potenciais e, portanto, podem desenvolver o turismo cultural, no entanto, isso depende da forma como esses aspectos são valorizados representados e dispostos de modo a atrair a visitação.

Nesse contexto, o tradicional estereótipo de turista relacionado ao praticante dessa forma de turismo, interessado apenas em sol e praia, tornou-se indesejado nas localidades, contrastando com a busca de turistas que apresentassem outros perfis e motivações. Pellegrini Filho (2000) reforça essa tendência à preferência por essas formas alternativas e organizadas de turismo que dão ênfase à sustentabilidade das localidades, apontando o turismo de massa como o grande vilão do fenômeno turístico e causador de desequilíbrios sociais e ambientais.

Em contrapartida, não mais apenas os atrativos naturais e artificiais já consolidados seriam o bastante para fomentar a visita, mas características, símbolos e representações culturais na sua forma mais autêntica, expressos na gastronomia e arquitetura, por exemplo, que passaram a investir no seu valor visando o despertar da curiosidade de turistas. Assim, o turismo cultural passou a figurar como um dos segmentos turísticos mais promissores nas últimas décadas. Com efeito, cidades com conjuntos arquitetônicos históricos preservados e eventos tradicionais (religiosos, gastronômicos, culturais) têm se destacado como destinos turísticos, cuja principal fonte de renda está concentrada no turismo, a exemplo das cidades brasileiras de Ouro Preto (MG) e Olinda (PE).

É preciso, contudo, levar-se em consideração que na maioria das vezes a cultura não representa a motivação principal do turista, sendo a prática de atividades relacionadas à ela uma motivação secundária ou mesmo ‘acidental’, quando o turista em visita à cidade por outras motivações se depara com algum evento ou manifestação cultural. Ainda assim os visitantes esperam imergir na atmosfera e história local como forma de experimentar a localidade visitada, uma vez que “as pessoas querem aprender algo durante suas visitas, particularmente sobre o que é característico do lugar que estão visitando” (RICHARDS, 2009, p.3). De todos os modos, o crescente interesse por localidades com ofertas significativas de atrativos culturais tem se mostrado uma realidade cada vez mais presente nos últimos anos. Logo,

Independentemente das motivações originais, é um fato concreto que o turismo cultural é um grande negócio, e a demanda por ele continua a crescer, principalmente enquanto o mundo se torna mais complicado e as pessoas desejam retornar às suas origens e experimentar tempos quando a

vida era mais simples e muito menos complexa, mesmo se isso for em um contexto superficial de turismo (TIMOTHY, 2013, p.15, tradução nossa).

Assim, a oferta do turismo cultural se baseia na apropriação, oferta e consumo de elementos e atrações que expressem a história e cultura local próprias de uma comunidade, como: centros históricos, gastronomia, museus, festivais, eventos e objetos de uma forma geral, que também podem ser englobados como patrimônio cultural. Rodrigues (2007, p.15), afirma que “o turismo cultural, tal qual o concebemos atualmente, implica não apenas a oferta de espetáculos ou eventos, mas também a existência e preservação de um patrimônio cultural representado por museus, monumentos e locais históricos”.

Embora alguns críticos questionem essa apropriação como forma apenas de comercializar e transformar a cultura em produtos consumíveis, tem-se comprovado que o turismo pode acarretar em vários aspectos positivos, dentre os quais a própria preservação e valorização, que tem contribuído no estreitamento das relações entre comunidade e patrimônio, além do impulsionamento ao desenvolvimento econômico, contribuindo na geração de divisas e infraestrutura local.

2.3 PATRIMÔNIO CULTURAL: ORIGENS E DEFINIÇÕES

Tal como a definição de cultura, a conceituação de patrimônio também é bastante ampla, diversificada e complexa. Suas origens, contudo, podem ser melhor explicadas a partir das concepções relacionadas ao tema que foram elaboradas através do tempo. De uma forma geral, a tipologia do termo, que é de origem latina, faz alusão a um conjunto de bens de propriedade de um indivíduo e que podem ser deixados como herança (NEVES, 2003). Na antiguidade, essa propriedade estava relacionada principalmente a bens privados e individuais da aristocracia. Na Roma Antiga, o proprietário desses bens era o patriarca da família, e entre eles se incluíam a mulher, os filhos e os escravos. Durante a Idade Média e o Renascimento, esta concepção passou a considerar as práticas colecionistas

comuns nesses períodos, estendendo-se às relíquias religiosas e coleções de objetos antigos, sobretudo da antiga civilização grega.

O caráter coletivo do conceito moderno de patrimônio, entretanto, surgiu com o nascimento do Estado francês, no contexto da Revolução Francesa, no qual ele passou a ser designado como o conjunto de bens públicos e sociais (CHOEY, 2011). Na busca por elementos que pudessem promover a unificação e identificação dos cidadãos com a nascente República francesa, monumentos e símbolos considerados históricos passaram a ser inventariados e salvaguardados como símbolos nacionais, no intuito de materializar uma identidade na qual os cidadãos se reconheceriam. A formação de demais estados nacionais contribuíram para solidificar a nova percepção de patrimônio que estaria relacionada à ideia de pertencimento a uma nação.

Assim, “o Estado nacional surgiu, portanto, a partir da invenção de um conjunto de cidadãos que deveriam compartilhar uma língua e uma cultura, uma origem e um território” (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p.17). Surge então o patrimônio como bem coletivo e de propriedades nacional, sendo articulado como recurso político atuante na formação das identidades nacionais e sua conexão com seus cidadãos, por meio da definição de simbolismos com o objetivo de representar um passado em comum, e que seria significativamente considerado nos séculos seguintes ao curso da formação de estados nacionais europeus.

Espalhadas as novas percepções para outros países, incluindo o Brasil, o que se deu de forma relativamente tardia, surgiu uma preocupação a nível internacional quanto à salvaguarda de bens do passado, com políticas em conjunto sendo desenvolvidas no intuito de auxiliar na administração e inventariação, assim como estabelecer meios de proteção. Novos significados também foram atribuídos a essa noção de patrimônio, que se ampliou, transcendendo os limites materiais, e passando a considerar também as representações culturais, tais como tradições, costumes e modos de fazer inerentes a comunidades específicas, assim como os recursos naturais do território de uma nação. Do mesmo modo, não apenas o considerado clássico e erudito como bens da antiguidade e de nobres seriam interpretados como patrimônio, mas também as formas de vida tradicionais, modos de fazer e expressões.

Variando da conceituação civil de patrimônio, que concerne quanto ao bens, direitos e deveres, foi estabelecido a distinção quanto ao patrimônio cultural. No Brasil, em 1937, protocolou-se o primeiro decreto federal com o objetivo de organizar e proteger o que então foi considerado “Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”, e que posteriormente na Constituição Federal de 1988 teve seu conceito ampliado e passou a ser dominado como “Patrimônio Cultural Brasileiro” (IPHAN, 2016), que considera que “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988).

Como uma das formas mais antigas de patrimônio material, a arquitetura, bem como a sua monumentalização, também desempenhou importante papel na fundamentação do que seria inicialmente compreendido como patrimônio histórico, sobretudo o material. A ideia de monumento e a valorização de construções antigas e de considerável valor histórico já se davam desde o século XV com ações voltadas à proteção de ruínas romanas, mas foi também no contexto da Revolução Francesa que surge o termo “monumento histórico” para se referir a construções históricas que daquele ponto em diante seriam protegidas e partilhadas nacionalmente (FUNARI; PELEGRINI, 2009).

Partindo desse ponto de vista, pode-se inferir que as construções são legítimas testemunhas do passado que manifestam a produção cultural e os elementos sob influência da conjuntura social e histórica da época em que foram construídas, comprovando os acontecimentos históricos e autenticando os registros temporais. Para Ruskin (1996, p.8), a arquitetura é um importante elemento de recordação e junto com a poesia constitui os “dois grandes vencedores do esquecimento humano”, contrapondo-se à própria história no que diz respeito à recordação e aprendizado sobre épocas e sociedades diferentes.

O seu valor, contudo, não está apenas na sua composição estética e estrutura física mas, sobretudo, a esse poder de representação a ele atribuído. O autor complementa ainda que “a glória verdadeiramente maior de um edifício não reside nem nas pedras nem no ouro do que é feito”, mas sim na sua idade, “no seu eterno testemunho diante dos homens [...], reunindo épocas esquecidas a épocas

que se seguiram, e que constitui a identidade, assim como concentra as simpatias das nações” (RUSKIN, 1996, p.17). Reitera-se a relação subjetiva que se dá entre indivíduos e edificações, uma vez que muitos aspectos sentimentais são atribuídos às construções em função de sua participação como cenário no cotidiano do homem e na própria formação do imaginário das cidades, seja enquanto residência particular ou espaços públicos. É esse caráter subjetivo que confere valor simbólico para um imóvel, de modo que é possível recriar em qualquer lugar do mundo um molde arquitetônico específico, mas não reproduzir as lembranças inerentes a ele.

Assim, esse elo se baseia na continuidade que ele estabelece com o passado que ele simboliza e evoca corporificado de elementos que lhe conferem a capacidade de representação de identidades particulares em uma esfera pública, assim como em uma escala local “têm o potencial de agitar um senso de nostalgia ou apreciação pelo passado na comunidade local.” (TIMOTHY, 2013, p.88)

Em vista do exposto, Graham e Howard (2016, p.13) reforçam a importância do valor atribuído ao patrimônio ao concluir que a maior parte do patrimônio tem pouco valor intrínseco e que ao invés disso, os valores lhe são atribuídos por pessoas que “o visualizam através de várias lentes tais como nacionalidade, religião, etnia, classes, história pessoal, gênero etc.”.

Além do campo histórico-social, ele se relaciona também à geografia quanto à sua colaboração na produção do espaço urbano e da paisagem, uma vez que os aspectos culturais nas formas materiais, como a arquitetura, dão traços à fisionomia dos lugares. Assim, eles podem tanto contribuir para designar os traços geográficos, como a própria paisagem pode ser considerada um patrimônio cultural, revelando aspectos do espaço em um determinado momento do processo de sua formação. Assim:

O conjunto arquitetônico histórico de uma cidade é de essencial importância para a compreensão da sociedade que nela vive (e viveu), pois a arquitetura é capaz de acumular dados históricos dos modos de vida do homem, não somente sobre sua concepção, mas também dos que ali viveram através dos tempos. (PAVAN, 2014, p.03)

Entende-se que não é apenas por ser antigo que um elemento pode ser considerado patrimônio ou característica cultural, pois sua afirmação, como mencionado, reside no seu valor representativo. Do mesmo modo, o patrimônio não se trata apenas de um culto a um elemento do passado, pois é no presente que ele se faz evocar e seu significado se estabelece nesse tempo, ou seja, não é apenas

de um objeto do passado isolado do novo tempo em que ele se encontra, mas um elo que interliga os dois contextos temporais, presente e passado.

3 O CONJUNTO ARQUITETÔNICO DA PRAÇA DA BANDEIRA

A Praça Marechal Deodoro da Fonseca, popularmente conhecida como “Praça da Bandeira”, compõe o núcleo histórico de Teresina, concentrando em seu entorno algumas das principais construções que remetem à sua fundação. Com uma localização estratégica às proximidades do rio Parnaíba, a escolha da região para iniciar a construção da cidade representava as expectativas de uma área mais central e próspera que pudesse abrigar a nova capital do Piauí, em oposição a Oeiras, cujas dificuldades de acesso e baixa fertilidade mostravam-se como barreiras no desenvolvimento e deslocamentos. (ANJOS; SOARES, 2010)

Assim, a área escolhida para a instalação do marco de fundação da cidade foi também ponto de partida para seu planejamento e crescimento, envolvendo em seu entorno as primeiras construções e instituições públicas que dariam sustentação à povoação e desenvolvimento da nova capital piauiense, cuja ocupação não se deu de forma espontânea, mas planejada.

3.1 ÀS ORIGENS DE TERESINA: A HISTÓRIA DA PRAÇA DA BANDEIRA

Foi o então presidente da província do Piauí José Antônio Saraiva, que em 1851 gerenciou a transferência da Vila Nova do Poti, cuja então localização fora considerada insalubre, para a Chapada do Corisco, com interesse de transformá-la na nova capital do Piauí, que até então centrava seu poder administrativo e comercial na cidade de Oeiras (GONÇALVES, 1992).

A Vila do Poti, assim chamado o aglomerado popular que habitava a região desde meados do século XVIII, antes à época localizada na confluência dos rios Poti e Parnaíba, já mostrava sinais de desenvolvimento, sobretudo comercial, o que motivou Saraiva na sua escolha para sediar a nova capital. Desde esse período, a região já se apresentava como alternativa devido a sua fartura de recursos, como observado em 1728 pelo ex governador e capitão general da província do Maranhão, João Maia da Gama, quando em passagem pela localidade (GOMES, 2015). As condições geográficas da região onde a vila se encontrava, no entanto,

sujeitas às enchentes dos rios fizeram com que a transferência da vila para local mais apropriado se fizesse necessária.

Assentada em sua nova localização e contando com a colaboração dos moradores que rapidamente ergueram suas habitações ali, Saraiva lançou as bases para sedimentar ocupação da região e prepará-la para sediar a nova capital. Assim, também nas proximidades das margens do rio Parnaíba e próximo a um descampado, lançou-se a pedra fundamental para a construção da igreja matriz de Nossa Senhora do Amparo. Em 1852 a instalação da capital da província na Vila Nova fora concluída e a mesma passou a se designar “Teresina²”.

Estabeleceu-se assim o centro da cidade, tendo a Igreja que “serviu de ponto de referência para o traçado de Teresina, cujo território compreendia, de norte a sul, um quarto de légua para cada lado, tendo a Igreja de Nossa Senhora do Amparo como centro; e do leste a oeste, o espaço entre os rios Parnaíba e Poti” (TERESINA, 1994, p.15). Este traçado em forma de tabuleiro de xadrez de 43 km² de área marcá-la-ia como a primeira capital planejada do país, como observado na planta da cidade a seguir, no qual o quadrado maior representa o que viria a ser a Praça da Bandeira:

² Teresina: O nome da cidade é uma homenagem à Imperatriz Dona Teresa Cristina Maria de Bourbon, que teria apoiado a transferência da capital Oeiras para a Vila Nova do Poty. (SEMPPLAN, 2015)

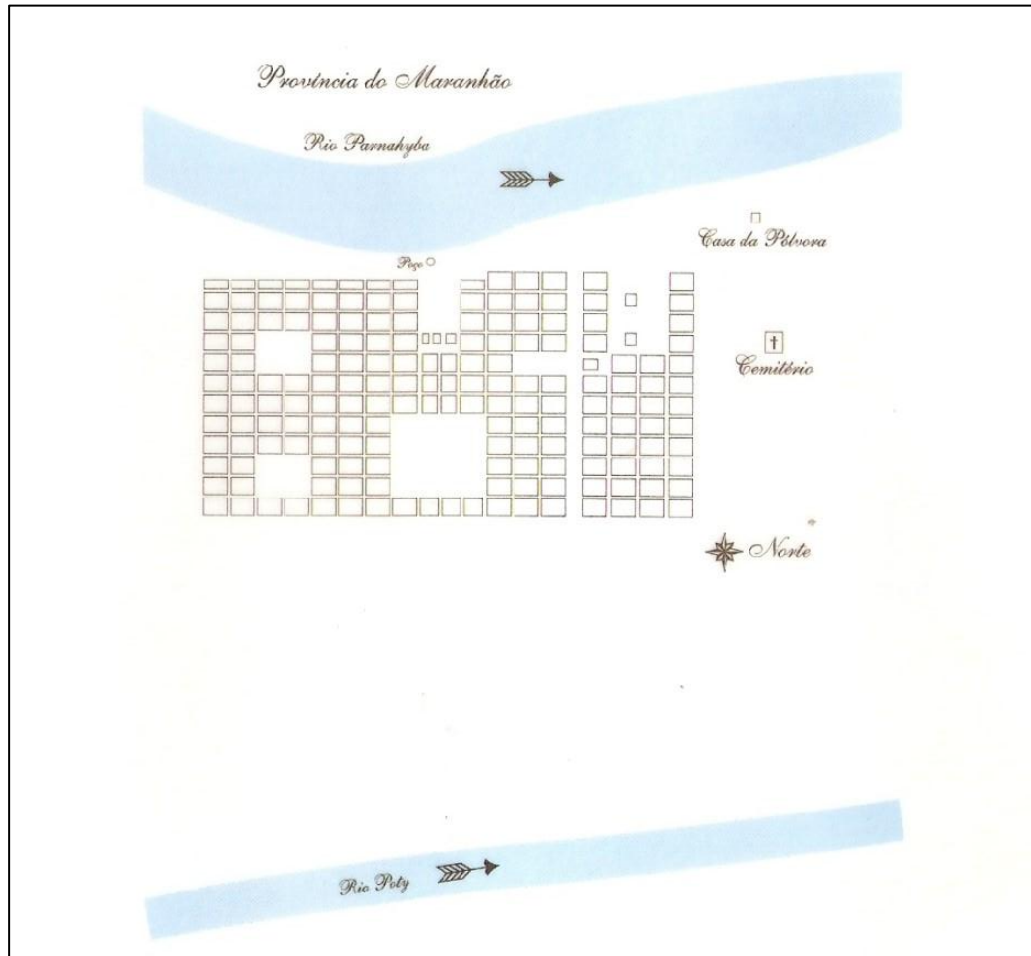


Figura 1: Miniatura do plano de Teresina, 1852.

Fonte: Cadernos de Teresina (2000) apud SEMPLAN (2016).

Em frente à nova matriz, delimitou-se um grande espaço descampado nomeado de Praça da Constituição que assim como a Igreja norteou a ocupação da região, conferindo formato à produção do espaço urbano. Ali se encontrava o coração da nascente cidade e passou a atrair interesses comerciais, políticos e sociais. A praça chegou a receber diversas denominações ao longo do tempo, tais como Largo do Amparo, Praça do Palácio e, por fim, foi nomeada como Praça Marechal Deodoro da Fonseca (PIAÚÍ, 2012).



Figura 2: Praça da Bandeira e seu conjunto edificado nos primeiros anos de Teresina.
Fonte: PIAUÍ (2012).

Assumindo também função social, a Praça desde então já atuava como ponto de integração dos teresinenses. Situada no núcleo administrativo e político da capital, serviu ainda de cenário para a socialização dos moradores da cidade e diversas manifestações, de caráter popular e político. Destacava-se ainda pela intensa presença de vegetação nativa. Notadamente sendo um espaço de lazer, costumeiramente abrigava circos e posteriormente chegou a possuir um parque em seu interior, nomeado Parque da Bandeira, durante a gestão do prefeito Lindolfo Monteiro que arborizou e cercou a área, inserindo diversos tipos de animais e aves. (CRC/FUNDAC, 2012)

Nos anos seguintes, a Praça e seu conjunto edificado sofreram diversas transformações que se sucederam ao passo que Teresina se desenvolvia, e as novas concepções urbanísticas e paisagísticas ganharam força. A área passou ao longo de sua existência por alguns processos de reestruturação. Sua primeira reforma de interesse modernista ocorreu no período do governo do presidente Getúlio Vargas (SILVA NETO, 2014), durante a década de 1930, e no qual as primeiras edificações cederam lugar a outras de características mais modernas, e posteriormente uma reforma de caráter paisagístico na década de 1970, orientada pelo arquiteto Roberto Burle Marx, (PIAUÍ, 2012).

Consequentemente, novas formas de organização suplantaram os antigos arranjos urbanos, com o comércio visivelmente se intensificado, tanto na forma de estabelecimentos comerciais como vendedores ambulantes, em consonância com o tráfego de trânsito que se expandia à velocidade que os transportes aumentavam de número na cidade. Com efeito, essas transformações resultaram na atual configuração espacial da região, bem como nas atribuições conferidas à Praça ao longo do século XX e na atualidade.

3.2 O PATRIMÔNIO EDIFICADO DO ENTORNO DA PRAÇA DA BANDEIRA

A área composta pela atual Praça Marechal Deodoro da Fonseca esteve no epicentro da formação, crescimento e expansão de Teresina. Seguindo a construção da Igreja, que recebeu contribuição dos próprios moradores da região, progressivamente outras construções foram assentadas, como as residências de ricos comerciantes e fazendeiros e em seguida as repartições públicas, inicialmente cedidas ou alugadas por particulares que receberam incentivos do governo para construir prédios que colaborassem com a consolidação da nova sede administrativa da província.

Um desses exemplos foi a residência erguida pelo Comendador Jacob Manuel de Almendra, em cujo imóvel que abrigou sua residência funcionou o Palácio do Governo Provincial, a sede do Poder Judiciário e por fim, atualmente abriga o Museu do Piauí (TERESINA, 1996). As necessidades de construção cresceram à medida que os órgãos administrativos eram transferidos da antiga capital Oeiras e as edificações existentes já não eram suficientes para comportá-los (ANJOS; SOARES, 2010).

Assim, instalaram-se a Sede do Governo Provincial, a Câmara Municipal, o Fórum, a Delegacia Fiscal e a Companhia de Navegação que ocuparam edificações na área, bem como o Mercado Popular. O local então passou a concentrar todos os poderes da época, como Legislativo, Judiciário, Executivo e Religioso (Igreja Católica), nos quais transitavam as decisões políticas e empresariais da jovem Teresina, além do comércio que gradualmente despontava.

Esses imóveis, que compõem o que pode ser considerado como conjunto arquitetônico histórico foram construídos em períodos de tempo próximos e

envolvem cerca de dois terços da circunferência total da praça, com estilos arquitetônicos com influências neoclássicas e ecléticas e alguns dos quais contam com materiais vindos da Europa, constituindo um dos acervos mais antigos e completos da cidade. O engenheiro civil e governador do Piauí Antonino Freire da Silva foi um dos responsáveis em gerenciar as reformas pelos quais grande parte dessas edificações passaram, no início do século XX.

Entre as edificações que mais se destacam, além da atual sede do Museu do Piauí, cujo proprietário que a construiu em 1859 também doou e edificou a sede do Mercado Popular que data do mesmo período estão: a antiga Escola Normal Oficial de Teresina, cuja inauguração data de 1924 (TAVARES, 2003), as antigas Intendência, do final do século XIX, Companhia Editorial do Piauí de 1860 e a Delegacia Fiscal. Este último, no qual já funcionou também a sede da Justiça Federal, além de manter suas características neoclássicas quase inalteradas desde o final do século XIX, conta com algumas atividades voltadas ao público, com uma sala de exposição de arte santeira aberta à visitação, oferta de cursos e palestras e anexar ainda a Biblioteca Abdias Neves. Desde 2009 abriga a Casa de Justiça e Cidadania (CENAJUS).



Figura 3: Antiga sede da Delegacia Fiscal, atual Casa da Cidadania (CENAJUS).
Fonte: Acervo do pesquisador. (2016)

O atual prédio do Palácio da Cidade, cuja construção se iniciou em 1919, embora também mantenha suas características neoclássicas originais íntegras, sofreu grandes alterações em seu interior, tendo passado por restauração em 1984 para receber a sede da prefeitura municipal de Teresina (CRC/FUNDAC, 2012).



Figura 4: Antiga Escola Normal Oficial, atual Palácio da Cidade.
Fonte: Acervo do pesquisador. (2016)

O prédio que atualmente sedia a Fundação Wall Ferraz, por sua vez, de características originais neocoloniais sofreu alterações recebendo influências neoclássicas ao passar por intervenção no início do século XX. Ainda assim mantém muitas características arquitetônicas típicas do final do século XIX (PIAUÍ, 2009).



Figura 5: Atual sede da Fundação Wall Ferraz.

Fonte: Acervo do pesquisador. (2016)

Nessa região, as dinâmicas da cidade se fizeram bastante claras e revelaram uma sensível mudança nas relações entre homem e espaço (NETO, 2014), com transformações tomando corpo a passos largos, principalmente a partir da segunda metade do século XX. A justificativa da sua importância passou a se basear principalmente na especulação imobiliária.

Apesar da sua movimentação e atividade em função do comércio, a atual configuração da paisagem revela os contrastes resultantes desses arranjos e dinâmicas. Das construções originais contemporâneas à fundação da cidade, muitas já foram substituídas por prédios mais modernos, a exemplo do antigo Fórum, onde agora existe um hotel de luxo. As que resistiram ao tempo, contudo, conseguiram manter certa funcionalidade, sobretudo por serem de propriedade pública. Atualmente, esses imóveis cujas fachadas são voltadas para a Praça no quadrante que envolve as atuais ruas Coelho Rodrigues, Rui Barbosa e Aurelino de Abreu são tombados a nível estadual e protegidos por legislação municipal.

Dos imóveis analisados, compõem o acervo de bens tombados no Piauí, de acordo com a Fundação Cultural do Piauí (FUNDAC, 2009): A Fundação Wall Ferraz, Rua Coelho Rodrigues nº 900, a Empresa de Gestão de Recursos do Piauí (EMGEPI), Rua Coelho Rodrigues nº774, o Palácio da Prefeitura, Rua Coelho Rodrigues nº860 e o prédio do Museu do Piauí, Rua Aurelino de Abreu, nº960. Já a lei complementar municipal 3.563 de 20 de outubro de 2006, define a criação de

zonas de preservação ambiental e institui normas para a proteção de bens de valor cultural, estabelece a Zona de Proteção Ambiental (ZP1) que compreende a Praça da Bandeira e quadras próximas à mesma.

Esses imóveis podem ser considerados exceções, diante da realidade da cidade que tem enfrentado uma perda e descaracterização substancial de seus edifícios históricos, sobretudo para ceder espaço a lojas ou estacionamentos. No centro da cidade, essas construções ainda conseguem se sobressair diante desse cenário.

4 TURISMO E PATRIMÔNIO: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL

A relação do turismo com patrimônio arquitetônico já ocorre desde as visitas a monumentos e ruínas históricas que remontam à antiguidade. Como locais de memória que sempre despertaram o interesse e curiosidade, são recursos de grande valor para o turismo. A turistificação desses espaços pode se apresentar como uma alternativa de aquecimento econômico e rearranjo espacial, ao que Pinheiro e Santos afirmam:

A relação entre turismo e espaço se traduz fundamentalmente na indiscutível capacidade que tem o turismo de (re) organizar o conteúdo dos territórios à sua conveniência, no intuito de se criar as condições para que o mesmo possa ocorrer. Ele tem o espaço como o seu principal objeto de consumo, e assim, atua dinamicamente no processo de (re) produção espacial. (PINHEIRO; SANTOS, 2012, p.277)

Dessa forma, a apropriação de um imóvel de valor histórico-cultural pelo turismo pode ser benéfica a partir de diversas óticas, sobretudo no que tange à atribuição de novas formas de uso para o patrimônio material em questão e sua ressignificação, revelando a vocação desta atividade na ordenação dos espaços e geração de divisas, a partir de recursos já existentes ou assimilados.

4.1 O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO COMO RECURSO TURÍSTICO

Sabe-se que uma das maiores dificuldades enfrentadas por imóveis antigos que sobreviveram ao tempo é a sua adequação e inserção em um momento histórico diferente do de sua fundação sem que haja prejuízo de suas características originais. Não obstante, muitas edificações de valor histórico são destruídas ou sofrem intensos processos de descaracterização, seja por se encontrarem em estado de abandono e sem manutenção, o que lhes causa diversos problemas estruturais, seja porque eles têm suas características originais fortemente modificadas ao serem adaptados para novos usos. Do mesmo modo, apenas sobreviver ao tempo não supõe valorização. O uso descauteloso e com motivações

apenas comerciais contribui para a desvalorização do patrimônio. Preservar e conservar, no entanto, são conceitos distintos que estão intimamente relacionados. A preservação presume a salvaguarda das características que justificam sua proteção ou tombamento, ao passo que a conservação prevê a manutenção e a integração do bem à comunidade em que se encontra.

Embora não necessariamente o uso turístico desses ambientes implique na retomada de suas funções originais, a utilização para fins culturais pressupõe uma postura de cuidado maior. Isso se dá, principalmente, porque nessa forma de utilização a preservação de cada aspecto original do imóvel amplifica sua autenticidade, ao passo que outras formas priorizam apenas a localização, de modo que parece não haver critérios além dos impostos por legislação, quando ela existe, na utilização e adaptação desses locais no designio de suas novas funções.

Diante do exposto, a promoção de atividades culturais, artísticas e educativas pode apontar para uma solução no entrosamento com a comunidade, valorização e desenvolvimento econômico de bens culturais, além de solidificar a oferta turística aos visitantes ao oferecer alternativas de atrativos que permitam experiências mais autênticas na localidade. Bastos (2004, p.76), reitera que “a exploração comercial do patrimônio cultural mediante sua conversão em atrativo turístico tem sido apontada como a opção que mais assegura sua reabilitação e conservação.” A turistificação do patrimônio, porém, não se trata somente de comercializar a cultura, mas de promovê-la enquanto elemento de diferenciação. Quanto a isso, a carta patrimonial que contém as Normas de Quito³ a respeito da conservação e utilização de monumentos e locais de interesse histórico e artístico reforça também que:

Os valores propriamente culturais não se desnaturalizam nem se comprometem ao vincular-se com os interesses turísticos e, longe disso, a maior atração exercida pelos monumentos e a fluência crescente de visitantes contribuem para afirmar a consciência de sua importância e significação nacionais. Um monumento restaurado adequadamente, um conjunto urbano valorizado, constituem não só uma lição viva de história como uma legítima razão de dignidade nacional. No mais amplo marco das relações internacionais, esses testemunhos do passado estimulam os sentimentos de compreensão, harmonia e comunhão espiritual mesmo entre povos que mantêm rivalidade política. Tudo quanto contribuir para exaltar os

³ As Normas de Quito constituem uma Carta Patrimonial que contém as recomendações e conclusões obtidas na reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1967 sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico.

valores do espírito, mesmo que a intenção original nada tenha a ver com a cultura, há de derivar em seu benefício. (OEA, 1967 apud IPHAN, 2012, p.6)

Outro passo importante é o reconhecimento do patrimônio em questão com a comunidade, uma vez que sem que haja identificação da população ele perde seu valor simbólico e função representativa.

Dias (2008, p.120) enumera alguns padrões comportamentais dos moradores das localidades receptoras, resultantes dos contatos com turistas, entre os quais a revitalização, que “ocorre quando a comunidade considera positivo o relacionamento refletido no reavivamento de seus hábitos e costumes”, e a turistificação da cultura local se reflete nessa relação ao despertar o interesse dos próprios envolvidos com o patrimônio diante de sua atração para com os visitantes, atuando como agente na geração de emprego e renda, e que de acordo com Reyes:

O turismo incorpora bens culturais como parte da oferta turística, incluindo-o assim no patrimônio turístico. Dessa forma se estabelece uma relação direta entre patrimônio cultural e turismo, no qual por um lado temos a conservação da riqueza cultural e histórica de um território e por outro lado uma atividade que põe valor ao mencionado patrimônio, fomentando seu resgate e a conservação das diferentes manifestações culturais, tanto tangíveis como intangíveis, proporcionando-o e difundindo-o. Os bens culturais e históricos se convertem assim em atrativos turísticos ideais para diversificar a oferta turística, ampliando as rotas e circuitos turísticos. (2009, p.02)

Com efeito, a comunidade detentora desse patrimônio deve estar envolvida em todas as fases do processo de turistificação do mesmo. Carvalho e Nóbrega sugerem que a apropriação desses espaços pelo turismo deve primeiramente incluí-la para só então se estender aos visitantes da cidade, mencionando que ao constituírem atrativos culturais estes ambientes “precisam se voltar para o lazer das populações da própria localidade, com a natural inserção do turismo. Se o processo for ao contrário, com a necessidade de as comunidades locais se apropriarem dos espaços turísticos culturais, torna-se tudo mais difícil” (CARVALHO; NÓBREGA, 2012, p.143). Soma-se a isso o fato de que quem efetivamente zela pelo patrimônio são os moradores, e não os turistas que estão temporariamente na cidade.

A iniciativa e a elaboração de políticas públicas sem que haja a integração dos segmentos interessados na ocupação e utilização pode ter efeitos nulos, uma vez que a estruturação e revitalização de áreas históricas contribui para

a conservação do patrimônio cultural, mas sem engajamento social necessário eles se resumem a prédios reformados desprovidos de significado que, posteriormente, podem voltar ao estado de estagnação e abandono. Do mesmo modo, comerciantes e empresários que já atuam na localidade, por exemplo, devem ser inseridos no processo. Para Lapa, “não se revitaliza áreas urbanas, por decreto, sem o compromisso e o envolvimento daqueles que se relacionam com o problema” (LAPA, 1995 apud MELO; COSTA, 2012, p.10).

A revitalização e manutenção de centros históricos também ganha aliados com a apropriação turística. Barretto (2007, p.127) afirma que “ [...] em muitos lugares o turismo cultural tem sido um fator de revitalização assim como de afirmação cultural e econômica”. O patrimônio ao ser utilizado como recurso turístico pode motivar o desenvolvimento de uma rede de serviços e infraestrutura visando à satisfação das necessidades dos visitantes, movimentando outros setores, além de promover a ocupação cultural que pode atrair públicos diversificados.

Um exemplo de revitalização e ocupação de área histórica em estado de degradação que tem se mostrado bem sucedido foi a recuperação da infraestrutura urbana e de transportes, meio ambiente e patrimônio da região portuária do Rio de Janeiro, cujo objetivo foi revitalizar a região e dinamizar a economia, impulsionando a ocupação (PORTO MARAVILHA, 2015). Embora o processo ainda esteja em andamento, a área já tem mostrado resultados positivos, que além das ações de urbanização e infraestrutura, criou novos pontos culturais, recuperou e facilitou o acesso aos já existentes, atraindo os turistas a uma parte da cidade que costumava ser evitada em função da degradação e da insegurança.

É válido pontuar que a recuperação e ressignificação de edifícios e centros históricos não implicam em um congelamento do tempo de modo a barrar a inserção de novas tecnologias ou comodidades. Essas ações sugerem a reciclagem da história da própria comunidade de modo participativo.

4.2 TURISMO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A cultura tem se fortalecido no último século como importante recurso no desenvolvimento de localidades, aliando-se ao turismo na oferta de oportunidades. Embora essa relação entre cultura e desenvolvimento seja recente, uma vez que historicamente as questões culturais costumavam ser compreendidas de forma conservadora por se relacionarem com as diferenças entre povos (CARVALHO; NOBREGA, 2012) observou-se o despontar e reconhecimento da cultura como vetor de desenvolvimento social, e no qual as próprias populações locais passaram a ser compreendidas como “elementos atuantes nas ações concretas em favor de seu próprio desenvolvimento” (CARVALHO; NOBREGA, 2012, p.129).

Por sustentável, entende-se a satisfação de necessidades sem o comprometimento dos recursos, visando às gerações futuras (BRAUN, 2001). Para isso, recursos naturais, sociais e culturais devem ser prioritariamente considerados no desenvolvimento, de modo que “para que haja, de fato, sustentabilidade equilibrada e duradoura, é necessário que se observem os diversos aspectos envolvidos, de cunho econômico, metodológico, ético e cultural” (MANCE, 2004 apud PEREIRA, 2015, p.24).

No Brasil, dados do ano de 2011 (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2011) apontam que as categorias de bens e serviços culturais apresentaram crescimento médio anual superior ao crescimento médio anual do produto interno bruto (PIB), correspondendo ao valor de 6,13% a.a, com perspectivas crescimento nos anos seguintes. O Plano da Secretaria da Economia Criativa referente aos anos de 2011 a 2014, que propõe o desenvolvimento norteados pela diversidade cultural, sustentabilidade, inovação e inclusão social, estabelece cinco setores criativos, que podem ser definidos como “aqueles cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de valor simbólico, elemento central da formação do preço, e que resulta em produção de riqueza cultural e econômica” (MINC, 2011, p.22), que por sua vez são divididos em patrimônio natural e cultural, expressões culturais, artes e espetáculos, audiovisuais, livros e literatura e criações funcionais. A Secretaria da Economia Criativa contida nesse plano tem ainda como um de seus objetivos o turismo cultural, entendido como ferramenta de grande relevância no desenvolvimento socioeconômico do País.

Em Teresina, por sua vez, os resultados obtidos na mais recente análise do cenário turístico pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEMDEC) no ano de 2016 apontam a crescente demanda de visitantes na cidade, concluindo que “a Conta Turismo é superavitária (...), resultado das políticas de captação de fluxo e de informações turísticas produzidas em Teresina, além da crescente melhoria da oferta de produtos diferenciados e serviços” (SEMDEC, 2016, p.04), somado a números que confirmam o expressivo desenvolvimento econômico da cidade nos últimos anos, com projeções positivas para os diversos setores industriais. Em 2014, Teresina também obteve resultados positivos no Índice de Competitividade do Turismo Nacional (MTUR, 2014). Esses fatores, segundo a pesquisa, somados ainda às melhorias em infraestrutura e acesso têm proporcionando um cenário favorável para a prática turística.

É exatamente nessas condições que o turismo sustentável pode ser desenvolvido, uma vez que o fato da cidade estar despontando no desenvolvimento e crescimento da atividade ser mais fácil planejar e desde já estabelecer diretrizes de modo a diminuir os impactos resultantes da atividade. O planejamento turístico deve ser o principal caminho para se chegar a esses resultados. O turismo cultural, no contexto exposto, apresenta-se como uma alternativa sustentável que deve aliar preocupações socioculturais às expectativas comerciais ao oferecer formas de turismo mais “limpas” e com foco na qualidade e bem estar das comunidades receptoras e de seus visitantes.

5 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Buscando investigar e compreender a situação do atual panorama do objeto em estudo sob o ponto de vista de residentes de Teresina que habitualmente frequentam ou estivessem transitando no entorno da Praça da Bandeira onde o objeto de estudo se encontra, bem como de turistas que já visitaram o local, adotou-se o método científico como recurso para a constatação do observado em teoria, de modo a permitir as múltiplas leituras que se dão sobre esse espaço.

A coleta destes dados foi basilar nas informações sobre a importância turística deste objeto, do modo como ele é percebido e interpretado e das interferências que possam ser sugeridas para melhorar, e mesmo construir um novo olhar sobre a cidade e seus espaços.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Quanto à definição de pesquisa, Gil (2008, p.26) descreve que “o objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos.” Diante dessa definição, adotou-se a pesquisa do tipo levantamento ou *survey*, cuja principal característica é a abordagem direta à população do universo o qual se deseja obter informações, a fim de se conhecer a realidade do objeto em estudo.

Assim, foram coletados tanto dados primários quanto secundários. Para a coleta de dados primários, que são os colhidos diretamente na fonte investigada (MARTINS; LINTZ, 2000), utilizou-se o método de avaliação quantitativo, com a aplicação de questionários compostos de perguntas fechadas que foram aplicados pessoalmente e pela internet, por meio de um formulário distribuído via e-mail e redes sociais. Para o público entrevistado, apresentou-se também o termo de consentimento livre e esclarecido – TCLE – no qual os participantes concordaram em participar, sendo informados sobre a pesquisa, os riscos que a mesma poderia

oferecer e a concordância de participação voluntária e não remunerada, além do fornecer os dados do pesquisador para o caso de futuras consultas.

Para a coleta de dados secundários, aqueles que já foram coletados e se encontram disponíveis em arquivos, bancos de dados etc. (MARTINS;LINTZ, 2000), utilizou-se como fonte o site de viagens TripAdvisor, sendo recolhidas avaliações de usuários como alternativa, uma vez que, inicialmente, a opinião de turistas seria colhida também por meio da coleta de dados primários junto aos visitantes do Museu do Piauí e do Mercado Público. No entanto, neste não foi observado no período analisado um contingente de visitantes que pudesse compor uma amostra significativa, ao passo que àquele se encontra fechado por motivo de reforma.

5.2 AMOSTRA

A amostra se refere a um subconjunto representativo de indivíduos considerados dentro de uma população, e através da qual se se busca identificar as suas características (GIL, 2008).

A amostra aplicada para a pesquisa considerou um universo aleatório, uma vez que não se há dados concretos quanto à quantidade de transeuntes e visitantes do entorno da Praça da Bandeira. Diante desse cenário, a amostra foi composta de 150 pessoas, dentre as quais 110 foram de residentes de Teresina que estivessem transitando pelas imediações da Praça ou que habitualmente a frequentassem, fosse por motivos como trabalho, estudo, compras ou para fazer uso do transporte público, e 40 foram compostas de turistas que opinaram sobre os imóveis históricos do entorno da Praça da Bandeira no site de viagens TripAdvisor, de acordo com os respectivos níveis de avaliação empregados pelo site.

Nesta última amostra, o critério utilizado para selecionar opiniões foi a seleção de avaliações de usuários que identificavam em seu perfil sua cidade de origem como não sendo Teresina. Dessa forma, evitou-se considerar perfis de residentes de Teresina ou que não exibiram nenhuma informação quanto à sua cidade de origem.

5.3 INSTRUMENTO DE COLETA

O instrumento de coleta é definido de acordo com o problema da pesquisa e os dados os quais se pretende levantar. Sua escolha deve ir de encontro aos objetivos propostos na mesma.

No presente trabalho, para a análise de transeuntes e residentes de Teresina, foram coletados dados primários, utilizando como meio de investigação um questionário que é “um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.” (GIL, 2008, p.121).

O questionário empregado foi composto de onze perguntas fechadas do tipo dicotômicas, que são perguntas com duas alternativas de resposta possíveis, e de múltipla escolha, que são perguntas com várias opções de resposta (MARTINS; LINTZ, 2000), elaboradas em consonância com os objetivos do estudo. A preferência por esse formato de questionário e tipos de perguntas se deu em vista de seu caráter quantitativo, a objetividade que ele permite, além de levar em consideração que, ao abordar pessoas que estivessem transitando na região delimitada na pesquisa, fez-se necessário um questionário de fácil compreensão e curto tempo de resposta, auxiliando na abordagem do público alvo, bem como essa objetividade auxiliou aos participantes que o responderam por e-mail e redes sociais.

Já para levantar a opinião de turistas, foram utilizados dados secundários do site TripAdvisor, no qual foram consideradas 40 avaliações publicadas em três páginas sobre o objeto em estudo, sendo elas dedicadas: ao conjunto arquitetônico da Praça da Bandeira, o Museu do Piauí e o Palácio da Cidade, considerando a cidade de origem do visitante e a avaliação feita ao local de acordo com os cinco níveis de opinião usados como critérios do site, que variam de excelente a horrível.

6. PESQUISA SOBRE A OPINIÃO DE TRANSEUNTES E TURISTAS

No afã de investigar a opinião e percepção de turistas acerca do patrimônio edificado que cerca a Praça da Bandeira, realizou-se um levantamento de dados para se conhecer a realidade do objeto em estudo. Empregando-se os métodos científicos e de coleta de dados às duas amostras populacionais selecionadas para análise, chegou-se aos resultados pretendidos.

6.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

O patrimônio arquitetônico do entorno da Praça da Bandeira, composto por bens tombados em caráter estadual e que formam o que pode ser considerado o centro histórico de Teresina, é formado por edificações de reconhecido caráter estético e histórico. Edificadas principalmente com a finalidade de serem utilizadas como residência e sediar órgãos administrativos, atualmente ainda possui um acervo considerável, embora muitas já tenham sido substituídas, à medida que a área se transformou.

Assim, a importância política e geográfica dessa região provocou seu crescimento exponencial nas últimas décadas. O comércio logo se consolidou, bem como o fluxo de veículos e pessoas, principalmente de transporte coletivo, com a instalação do principal terminal de ônibus urbano do centro da cidade, movimentando milhares de pessoas diariamente. No comércio, que se diversificou bastante, atualmente é possível desde alimentos, roupas, utensílios domésticos, raízes e temperos, produtos importados até mesmo a animais vivos. Contudo, a soma desses fatores às próprias dinâmicas do espaço, cujos moldes foram influenciados também por transformações que a região sofreu, contribuiu para a sua intensa ocupação e desorganização.



Figura 6: A apropriação desordenada do comércio em frente ao Museu do Piauí.

Fonte: Acervo do pesquisador. (2016).

Como resultado, atualmente essa paisagem se apresenta de forma um tanto conflitante, revelando as novas atribuições e feições que essas dinâmicas conferiram ao seu espaço, afetando diretamente seu patrimônio histórico. Estes bens têm conseguido manter uma continuidade de utilização, como sede de órgãos administrativos estaduais e municipais e como atrativo cultural, como o prédio que abriga o Museu do Piauí, o que tem auxiliado na sua manutenção física.

No entanto, o valor simbólico desses locais parece perdido diante do atual contexto urbano observado, com suas fachadas refletindo a grande quantidade de veículos que estacionam e transitam ao seu redor, e quase passam despercebidos diante da pressa corriqueira dos pedestres, bem como por quem os frequenta.



Figura 7: Veículos estacionados em frente a prédios administrativos.
Fonte: Acervo do pesquisador. (2016).

Mesmo a influência da Praça, com sua função como ponto de encontros e manifestações sociais, não é o bastante para compartilhar com o seu patrimônio a valorização esperada. Outras questões tais como a baixa quantidade de passeios e vias dedicadas a pedestres, somadas ao desrespeito nas existentes, que são frequentemente utilizadas por veículos que não deveriam transitá-las, e a poluição visual e sonora tornaram a área pouco convidativa para atividades de lazer.



Figura 8: Movimentação de pessoas no terminal de ônibus, em frente ao Mercado Público.
Fonte: Acervo do pesquisador. (2016).

Apesar de seu razoável estado de conservação, utilização e abertura ao público, as percepções no que diz respeito a esses bens históricos se mostraram

bastante fragilizadas, revelando pouco conhecimento e identificação com a população local. O comércio, por sua vez, influencia diretamente a ocupação da área, de modo que a vivacidade da região está atrelada ao seu funcionamento.



Figura 9: Baixa ocupação da área aos finais de semana.
Fonte: Acervo do pesquisador (2016).

Em horários fora do comercial, quando os órgãos administrativos e estabelecimentos comerciais não estão funcionando, incluindo feriados e finais de semana, o local tem baixa ocupação e não desperta interesse por conta de seu esvaziamento e do acúmulo de lixo e sujeira, principalmente por parte de feirantes e lojas, que se acumulam no fim do dia. Não obstante, esse desequilíbrio na ocupação também ocasionou a marginalização da praça, que tem enfrentado problemas de ordem social, como abandono, prostituição, uso de drogas, venda de produtos sem nota fiscal e de origem duvidosa, além de outras práticas ilícitas.

Ademais desses fatores, a região do centro da cidade também perdeu em grande parte seu poder polarizador de atividades e reuniões sociais; Anjo e Santos (2010, p.127), complementam que a importância da Praça da Bandeira como importante logradouro público se dispersou e “hoje está diluído na influência de tantas outras novas áreas da cidade.” Da mesma forma, a violência urbana têm contribuído para esvaziar os espaços públicos ao passo que há cada vez mais predileção por espaços privados (ANDRADE, 2007 apud PEREIRA e NOGUEIRA, 2013), bem como o encerramento de uma forma geral, de atividades antes praticadas em espaços coletivos ao âmbito privado. Essa mudança tem sido constantemente observada nas cidades nas últimas décadas, no qual os espaços

públicos agora são marcados apenas como vias de passagem e não mais de permanência. Apesar das consequências desse fato, Pereira e Nogueira afirmam:

O esvaziamento do espaço público é um desafio de fundamental importância para a construção do sentido da cidade, pois é ele que lhe dá essência e garantia de liberdade. Um espaço que não pode se definir como de identidade, nem como relacional e nem como histórico, não pode ser definido como um lugar. Dessa forma, o espaço público só se configura enquanto lugar à medida que, dotado de vivências, passa a se configurar como referência ou identidade dos sujeitos que o experienciam.” (PEREIRA e NOGUEIRA, 2013, p.96)

Essa realidade já é observada em todo o centro comercial de Teresina e seus espaços abertos, como praças. Inclui-se nessa problemática a Praça da Bandeira, que atualmente se vê vítima desse processo e que progressivamente tem perdido sua função original de espaço de lazer, encontros e manifestações para tão somente se limitar a mais um ponto de comércio. Mesmo sendo considerada um atrativo turístico por envolver o principal museu da cidade e o núcleo histórico da cidade, observa-se ainda que o logradouro é pouco lembrado nos principais roteiros turísticos, exceto por construções isoladas, porém dificilmente em conjunto ou como um centro histórico que motive um roteiro dedicado apenas a ele.

Para algumas pessoas, o fato de ser uma região histórica ainda é entendido como um distanciador da comunidade com a área, que a vê como um local desinteressante e sem novidades, permeado apenas por construções antigas. Tal percepção é reforçada à medida que grande parte dessas construções apresenta problemas quanto à sua conservação, não motivam a visita ou não oferecem suporte para tal.

Todos esses fatores somados resultaram no pouco valor atribuído à própria memória por parte da comunidade residente e a desvalorização de bens e espaços públicos, tendência que infelizmente não é observada apenas no objeto em questão, mas nos diversos locais onde se encontram imóveis históricos em Teresina. A área recebe um grande número de passantes e visitantes diariamente, mas que não se atentam à presença desses bens históricos ou mesmo quando isso ocorre, fatores como o medo da violência urbana, por exemplo, são cruciais para o abandono e pouco caso atribuído à área. Assim, nem sempre o valor

do patrimônio se faz assimilado, tampouco sua simples existência pressupõe valoração, principalmente quando o bem não é percebido da forma que se espera.

Através da observação direta, confirmou-se a debilidade na relação entre o patrimônio em estudo e a comunidade, uma vez que essa aparenta interesse e admiração pelo mesmo, mas fatores já mencionados geram distanciamento que, com efeito, influenciam diretamente na sua baixa percepção. Também os turistas em visita à localidade apresentaram interesse espontâneo, mas diante das questões apresentadas, consideraram-nas um empecilho para a prática turística.

6.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS

Coletados os dados, realizou-se a análise e a tabulação simples dos mesmos para se chegar à opinião da amostra abordada, que foram dispostos por meio de representação gráfica e em tabela.

6.2.1 Análise dos questionários direcionados a transeuntes

Para levantar a opinião dos transeuntes e habitantes frequentes do entorno da Praça da Bandeira a respeito do patrimônio edificado do entorno, utilizou-se um questionário composto de onze questões as quais se procurou investigar, entre outros fatores, os elementos que se consolidam na percepção de quem frequenta a área, de que forma esse patrimônio chama a atenção, os elementos que atrapalham e reforçam esse cenário, bem como o grau de interesse pela visita e em atividades culturais praticadas na região.

Assim, no período de 14 a 19 de dezembro de 2016, aplicou-se o instrumento de coleta (APÊNDICE A) elaborado para a pesquisa. A abordagem foi feita tanto *in loco* com transeuntes que se encontrava na área, quanto através de e-mail e redes sociais, chegando ao resultado final de 110 entrevistados.

A primeira pergunta do questionário buscou identificar o sexo, sendo dicotômica e apresentando duas alternativas, masculino e feminino.

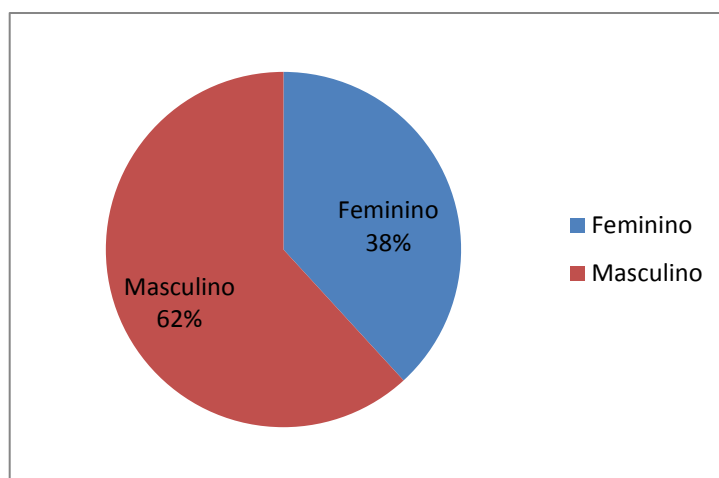


Gráfico 01 – Sexo dos frequentadores e transeuntes da Praça da Bandeira.
Fonte: Pesquisa direta. (Dezembro, 2016)

À essa questão, predominou em mais da metade, no percentual de 62% dos entrevistados o sexo feminino, em contraposição ao sexo masculino. Não houve observações dos entrevistados a respeito de um terceiro gênero de sexo.

A segunda pergunta, com alternativas de múltipla escolha, interrogou-se a faixa etária dos entrevistados, oferecendo seis alternativas de idade agrupadas, a partir de 15 anos de idade até 76 anos ou mais.

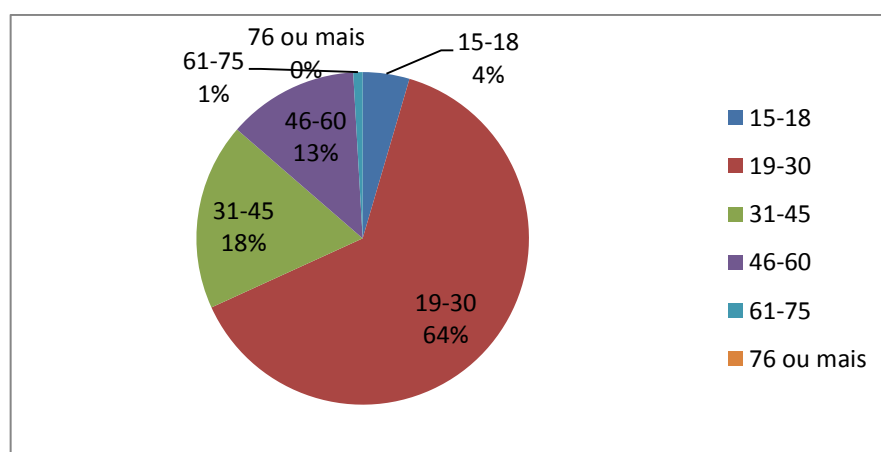


Gráfico 02 – Faixa etária dos entrevistados.
Fonte: Pesquisa direta. (Dezembro, 2016)

Assim, 64% entrevistados se identificaram no grupo etário de 19 a 30 anos de idade, seguido pelo grupo de 31-45 anos, 46-60 anos de idade, de 15-18 anos e de 61-75 anos, sendo que a opção de 76 anos ou mais não foi escolhida.

Na pergunta seguinte, questionou-se: Com qual finalidade você costuma frequentar a região da Praça da Bandeira? As motivações apresentadas foram trabalho/negócios, estudos, compras, lazer, uso do transporte público ou passagem.

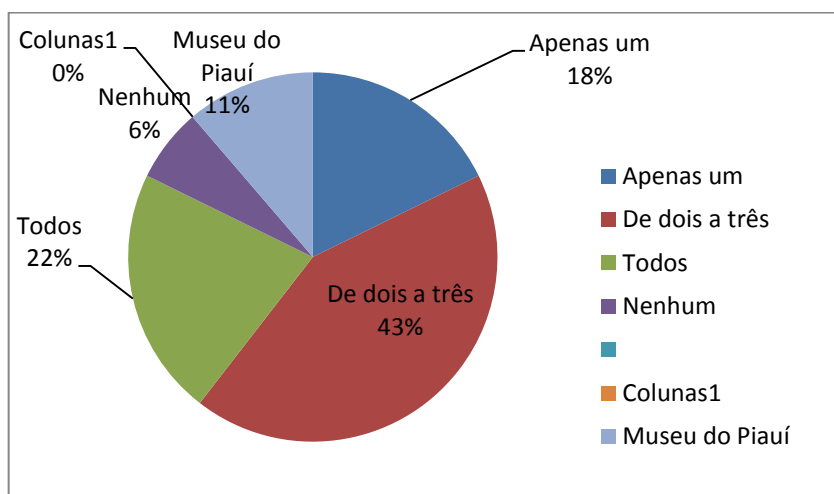


Gráfico 03 – Principal finalidade ao frequentar o entorno da Praça.

Fonte: Pesquisa direta. (Dezembro, 2016)

Dos entrevistados, 63% revelaram frequentar a área apenas de passagem ou para utilizar o transporte público, confirmando a hipótese de que os residentes geralmente apenas a transitam. Os 37% restantes dividiram-se nas demais opções.

A pergunta seguinte era: Quais dos prédios históricos situados no entorno da Praça você já visitou? Nas alternativas estavam a Igreja, Museu, Mercado e os prédios administrativos, como a atual sede da Prefeitura Municipal.

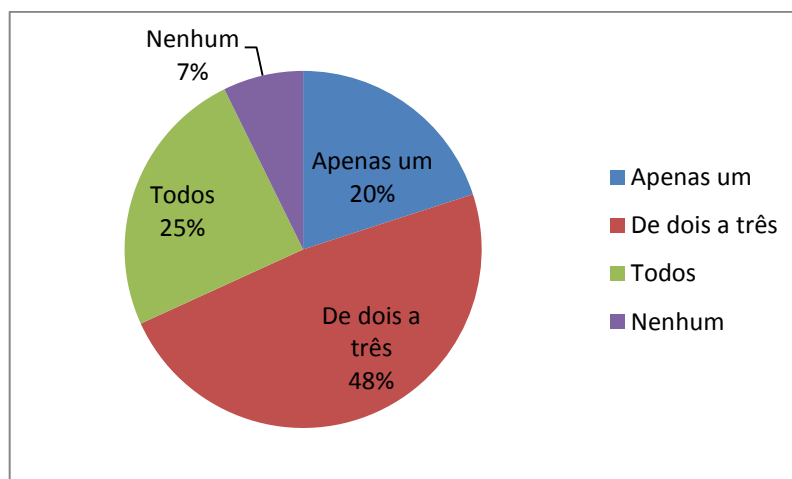


Gráfico 04 – Quantidade de prédios históricos do entorno da Praça já visitados.

As alternativas propostas se agrupavam entre apenas um, de dois a três, todos e nenhum, no qual quase 73% entrevistados já haviam visitados todos ou pelo menos dois dos prédios citados. Os 27% restantes afirmaram não ter visitado nenhum ou apenas um desses imóveis.

Na quinta pergunta, apresentou-se a seguinte questão aos abordados: Se você pudesse escolher uma das opções abaixo para elaborar um cartão postal que representasse a imagem de Teresina e do local, quais seriam? Com esse questionamento, procurou-se entender, do ponto de vista dos frequentadores da área, qual elemento do entorno da Praça da Bandeira tem maior poder de representação e poderia ser utilizado para representar a região e mesmo a cidade, entre as alternativas, Museu do Piauí, Mercado Público, Igreja Católica, Prédios Administrativos, a própria Praça e as árvores/áreas verdes.

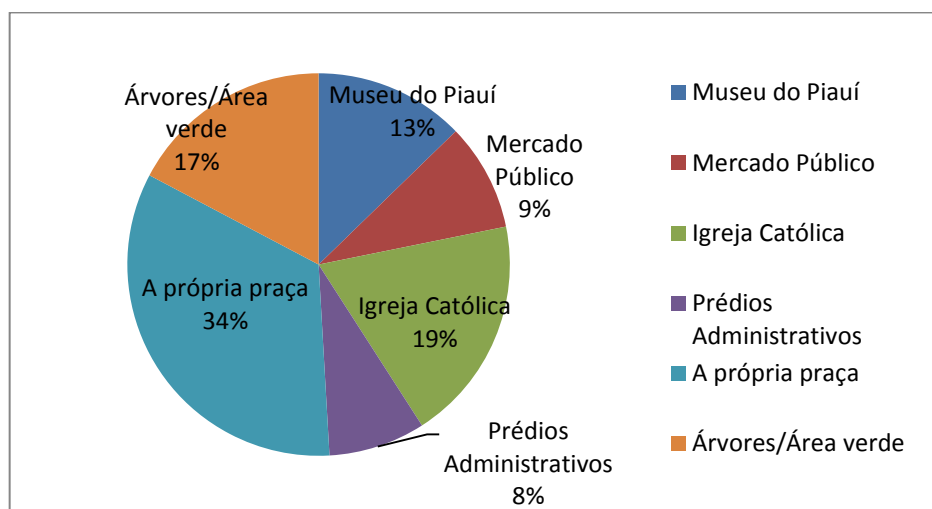


Gráfico 05 – Símbolo escolhido para representar um cartão postal de Teresina.

Fonte: Pesquisa direta. (Dezembro, 2016)

Os resultados foram bastante distribuídos entre as opções, no qual a própria Praça foi a alternativa mais apontada, seguida pela Igreja Católica, a área verde e arborizada presente na região, e as demais alternativas que apontavam construções históricas, como o Museu e o Mercado.

Quanto ao interesse à visita, interrogou-se: Se além do Museu do Piauí e do Mercado Público os demais imóveis históricos fossem dedicados à

visitação, você teria interesse em conhecê-los, e pagaria inclusive alguma taxa, se fosse necessário?

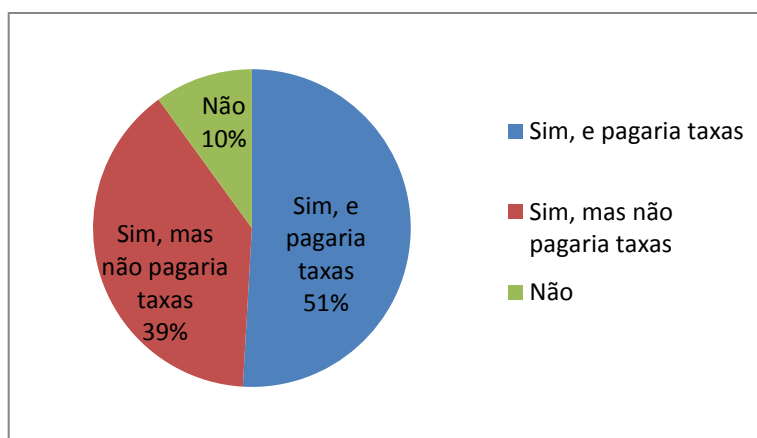


Gráfico 06 – Interesse na visitação de prédios históricos.

Fonte: Pesquisa direta. (Dezembro, 2016)

A intenção com esse questionamento foi avaliar o grau de interesse quanto a visitas formais nos prédios históricos apresentados, incluindo a disposição do entrevistado em pagar ou não taxas de manutenção ao visita-los. Assim, mais da metade demonstrou interesse na visitação, mesmo mediante ao pagamento de taxas, seguida pelo interesse na visitação, mas sem o pagamento de taxas. Em menor percentual, os entrevistados responderam não ter interesse na visitação de imóveis históricos.

Ainda nesse contexto, questionou-se: Quais desses elementos vêm primeiro à sua mente ao pensar na Praça da Bandeira e suas imediações? As alternativas incluíam os prédios administrativos, a Igreja Católica, Shopping da Cidade/lojas comerciais/vendedores ambulantes, o Mercado Público, elementos da Praça como Teatro de Arena/estátuas/monumentos e as paradas de ônibus.

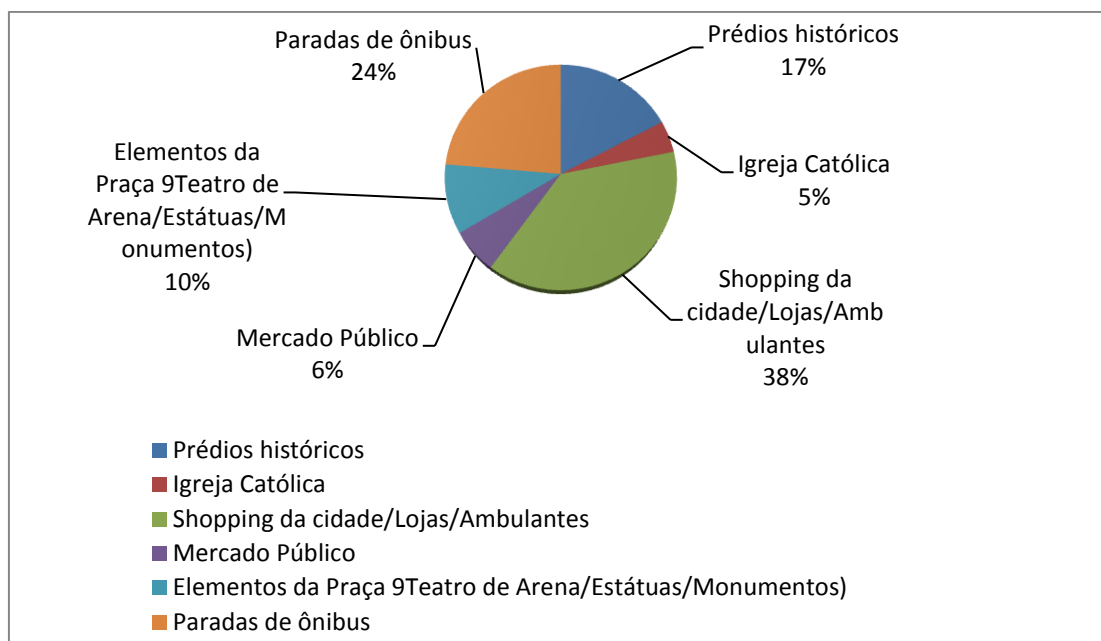


Gráfico 07 – Elemento que primeiro vem à mente ao lembrar-se da Praça e seu entorno.
Fonte: Pesquisa direta. (Dezembro, 2016)

Os resultados foram bem distribuídos, com uma grande parcela dos entrevistados apontando o comércio e as paradas de ônibus. Em demais valores se distribuíram entre os imóveis históricos e símbolos da praça. Assim, confirmou-se que esses elementos chamam mais atenção visivelmente que os símbolos culturais.

A pergunta seguinte era: O que você considera como maior empecilho ao circular pela região? As alternativas apresentadas foram a insegurança, o trânsito, o comércio/vendedores ambulantes, a sujeira/lixo, e a ausência de passeio ou pavimentação para pedestres.

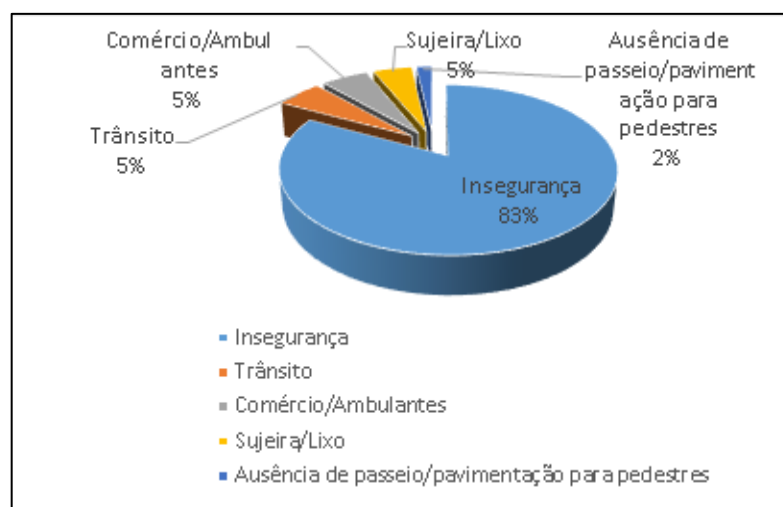


Gráfico 08 – Principal empecilho ao se circular pela Praça da Bandeira.
Fonte: Pesquisa direta. (Dezembro, 2016)

Não surpreendentemente, a insegurança foi apontada como o principal fator com 83% de resposta dos entrevistados, item que também foi lembrado em outros momentos da pesquisa por grande parte dos entrevistados. Seguida pelo trânsito, comércio e sujeira, que representaram números menores, e em último lugar, a ausência de passeios e pavimentos específicos para o tráfego de pedestres.

Em seguida indagou-se: Em sua opinião, o que mais atrapalha a visualização dos prédios históricos próximos à Praça? As alternativas foram: falta de conservação, comércio/ambulantes, trânsito, paradas de ônibus e fluxo de pessoas.

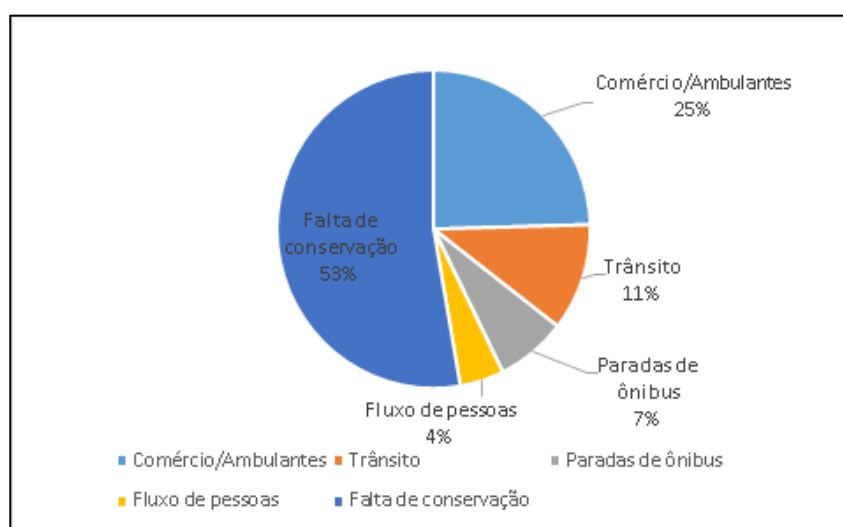


Gráfico 09 – Fator que mais atrapalha a visualização de prédios históricos.

Fonte: Pesquisa direta. (Dezembro, 2016)

A esse questionamento, 53% dos entrevistados apontou a falta de conservação dos imóveis históricos como principal prejuízo na visualização dos prédios históricos. A presença do comércio figurou em segundo lugar na escolha, seguido do trânsito, da presença das paradas de ônibus e por último pelo fluxo de pessoas em menor quantidade, sendo apontado por apenas 4% da amostra.

Para mensurar o interesse cultural, questionou-se: Se houvessem mais atividades culturais com calendário fixo (eventos, feiras, apresentações, exposições etc.), principalmente aos finais de semana, você teria interesse em frequentar?

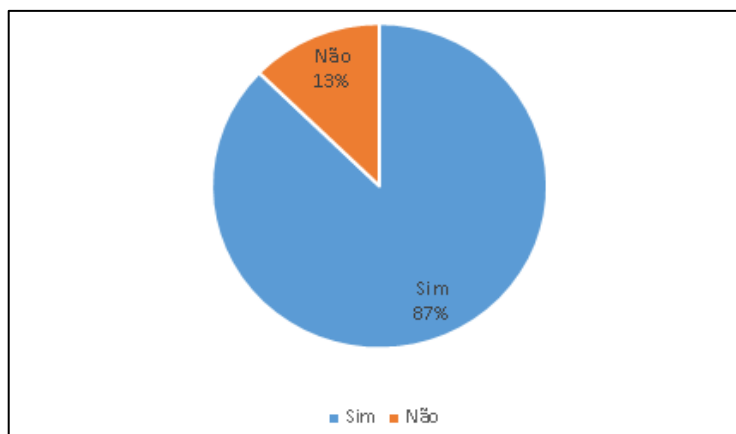


Gráfico 10 – Interesse em atividades culturais na região.

Fonte: Pesquisa direta. (Dezembro, 2016)

As alternativas eram dicotômicas entre sim e não, ao que 87% da amostra afirmaram possuir interesse em frequentar a região se houvesse mais atividades culturais. Em contrapartida, os demais 13% negaram interesse em frequentar a área, mesmo diante da possibilidade de oferta de mais atividades culturais.

Finalizando o questionário, perguntou-se: Você considera o entorno da Praça um passeio interessante para quem está em visita à cidade, e recomendaria para amigos/parentes? As alternativas também foram dicotômicas entre sim e não.

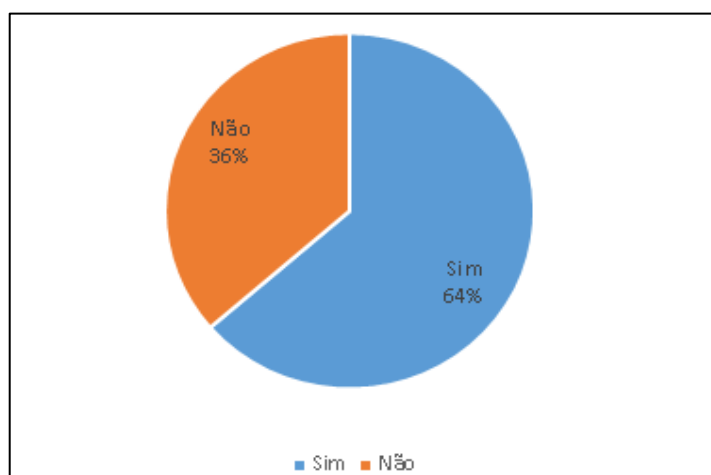


Gráfico 11 – Interesse em indicar a região para visitação.

Fonte: Pesquisa direta. (Dezembro, 2016)

Com alternativas também dicotômicas entre sim e não, 64% da amostra abordada afirmou que indicaria a área como roteiro turístico para amigos ou parentes em visita a Teresina. Expressivos 36% negaram o interesse em recomendar, pontuando como fator a violência e desorganização frequentes na área.

Assim, por meio das perguntas propostas no questionário aplicado, pôde-se confirmar que a região é intensamente frequentada, mas na maioria dos casos observados, apenas como via de passagem, seja para quem está transitando pelo centro da cidade, como para quem se desloca ao local para utilizar o transporte público, cuja região conta com um terminal de ônibus urbano.

A insegurança, resultante dos constantes roubos e furtos praticados na região, foi frequentemente lembrada pelos participantes como um sério problema a ser resolvido, no qual alguns dos entrevistados inclusive relataram já ter sofrido assaltos ou furtos ao trafegar pela região, ou conhecer amigos e parentes que já estivessem passado por semelhante situação. Outras variáveis como prostituição, ocupação de determinados pontos da área por usuários de drogas e comércio de produtos sem nota fiscal também foram mencionados, sobretudo pelos participantes que alegaram frequentar a região a trabalho e negócios. Alguns relataram até mesmo que só frequentem a região quando realmente precisam, devido aos problemas já apresentados.

Já em relação ao interesse quanto ao patrimônio edificado, a falta de conservação foi lembrada por muitos participantes que também creditaram a falta de interesse ao desconhecimento das funções desses prédios, apesar da curiosidade em adentrá-los.

O grande número de participantes jovens, cuja idade se enquadra na faixa etária de 18 a 30 anos, demonstrou notável interesse por aspectos históricos e culturais relacionados à Praça e aos imóveis analisados, reforçando o potencial que a localidade pode ter junto a esse público. Porém, novamente variáveis como a presença do comércio, trânsito e o fluxo desordenado de pessoas foram pontuados na pesquisa de forma negativa, revelando o cerne do problema de visitação da área, que embora também se depare com outros fatores externos, tais como a baixa promoção da região como atrativo turístico foram sumariamente esses fatores de caráter social que melhor representaram as insatisfações desse público a respeito da área.

6.2.2 Análise das avaliações de turistas no site TripAdvisor

Buscando-se conhecer a opinião de turistas que tivessem visitado a região, mas tendo em vista que o Museu do Piauí, principal receptor de visitantes, encontrava-se em reforma à data da realização de pesquisa de campo, utilizou-se como fonte de coleta de dados secundária o site de viagens TripAdvisor, coletando-se informações de páginas relacionadas ao objeto em estudo, as quais foram: Conjunto Arquitetônico da Praça da Bandeira, Museu do Piauí e Palácio da Cidade, que se encontram na categoria de pontos turísticos e de interesse do site.

Das avaliações disponíveis nas três páginas, selecionou-se uma amostra de 40 avaliações realizadas por usuários do site, entre o período de dezembro de 2013 a novembro de 2016. Os perfis de usuários considerados neste levantamento foram os que identificaram seu sexo e local de residência, excluindo-se os usuários que omitiram essas informações ou cujo local de residência fosse Teresina, o mesmo em que o objeto de estudo se localiza. A avaliação dos espaços em questão também foi considerada de acordo com critérios empregados pelo site, entre excelente, muito bom, razoável, ruim e horrível. Além da possibilidade de avaliar um local de interesse turístico no site, também é possível realizar comentários e realizar ou responder perguntas.

O critério de seleção de avaliações foi aleatório e por ordem de postagem, das mais recentes às mais antigas. O primeiro levantamento constatou o sexo dos usuários que publicaram avaliações nas páginas utilizadas como fonte de coleta de dados, usando como alternativas feminino e masculino. Do universo amostral selecionado, obteve-se um equilíbrio quanto a essa variável.

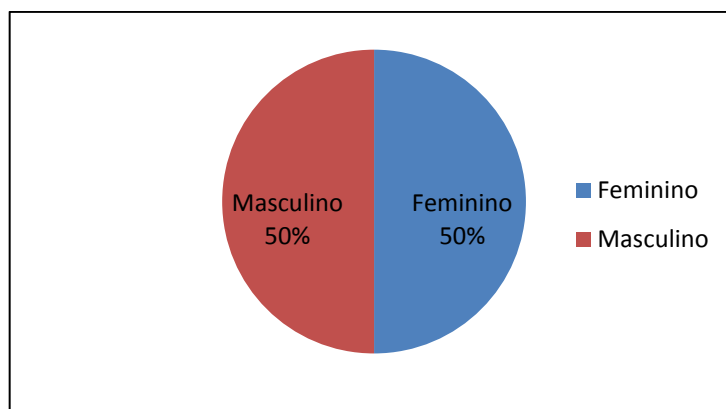


Gráfico 12 – Sexo dos usuários analisados do site TripAdvisor.

Fonte: TripAdvisor Brasil. (Dezembro, 2016)

Considerou-se ainda o estado de origem dos usuários, informação que também se encontrava disponível no perfil dos mesmos junto aos comentários e avaliações publicadas nas páginas analisadas. Segundo o apurado, o maior número de usuários do site se identificou como sendo dos estados de São Paulo, Ceará, Maranhão e Bahia, que juntos totalizaram 50% da amostra. No total, a amostra de usuários analisados se dividiu entre 15 estados brasileiros além do Distrito Federal.

Para melhor compreensão, os estados de origem foram agrupados de acordo com a divisão regional do Brasil, em Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

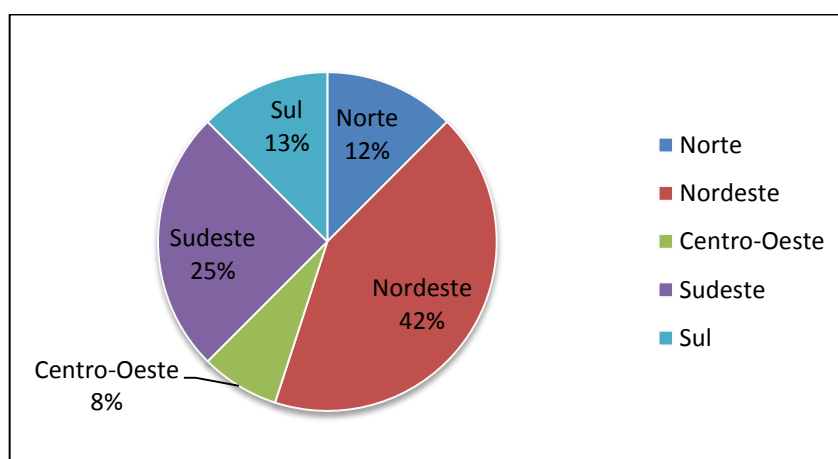


Gráfico 13 – Distribuição dos usuários do site por região.

Fonte: TripAdvisor Brasil. (Dezembro, 2016)

Desse apurado, o maior número de usuários se identificou como sendo da região Nordeste, seguida pela região Sudeste, Norte, Sul e Centro-Oeste, o que

permite inferir que os locais analisados receberam visitantes e análises de usuários de todas as regiões brasileiras.

Por fim, foram tabuladas as avaliações que os usuários do site atribuíram aos pontos de interesse analisados, o conjunto arquitetônico da Praça da Bandeira, o Museu do Piauí e o Palácio da Cidade. Essas avaliações foram dadas de acordo com os critérios utilizados pelo site numa escala de avaliação do tipo Likert com cinco níveis, dos quais: excelente, muito bom, razoável, ruim e horrível.

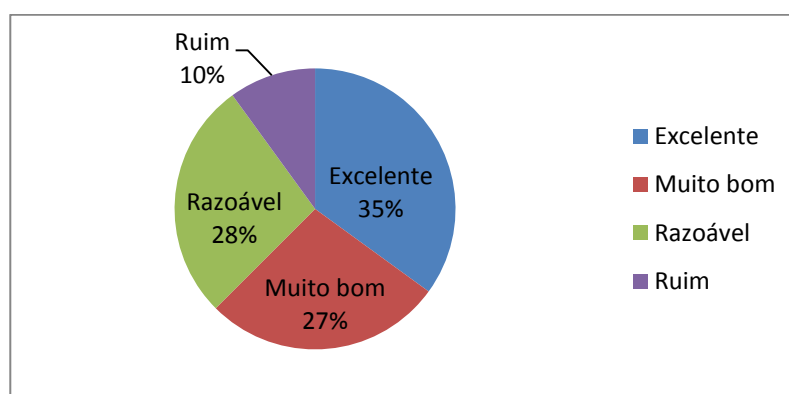


Gráfico 14 – Avaliação dos prédios históricos segundo usuários do site.
Fonte: TripAdvisor Brasil. (Dezembro, 2016)

A parcela mais significativa da amostra avaliou o patrimônio edificado analisado como excelente, apesar de fazer observações nos comentários quanto às condições das edificações e de seu entorno. As opções muito bom e razoável seguiram como as mais escolhidas, estando em menor proporção a opção ruim. No universo amostral selecionado não houve usuários que fizeram avaliações com a opção horrível.

De acordo com as avaliações realizadas pelos usuários do site, o Conjunto Arquitetônico da Praça da Bandeira recebeu a colocação de número 22 entre as 41 atividades a se fazer em Teresina, segundo o site, e a média de pontuação 3,5 numa escala de 1 a 5, enquanto o Palácio da Cidade isoladamente figurou entre a atividade de número 17, com pontuação média no valor de 4, e enfim, o Museu do Piauí constou entre a atividade de número 18 das 41 apresentadas pelo site, com pontuação média também no valor de 4, o que equivale a muito bom, conforme os critérios do site. Esta última edificação também recebeu um selo de

Certificado de Excelência, proposto pelo site às atrações que recebem boas pontuações de visitantes frequentemente.

Entre os comentários publicados juntamente com as avaliações pelos turistas usuários do site, observou-se que os pontos negativos mais frequentemente apontados por eles para a visita na região foi a violência e a prática de assaltos, além da falta de estrutura e suporte para o turista, a falta de manutenção dos prédios e da Praça em geral, além do trânsito intenso. Apesar dos aspectos negativos pontuados, a maioria dos usuários recomendou a visita em seus comentários.

Já como pontos positivos, os usuários frequentemente apontavam a arborização presente na área, a sua localização central e o fato da mesma ser movimentada durante o dia, ainda que sumariamente apenas em horário comercial. Também foram mencionadas a história e arquitetura das edificações como característica que agrega valor aos prédios.

De uma forma geral, o que se pôde observar através da opinião publicada por esses usuários foi o interesse de visita espontâneo em vista do caráter histórico da área. Os visitantes, em grande parte, demonstraram expectativas positivas e curiosidade quanto ao patrimônio ali presente, mas os problemas enfrentados quando na visita influenciaram diretamente na experiência. Assim, mesmo os usuários que avaliaram positivamente e recomendaram a visita sugeriram cautela ao circular pela área, além de demonstrarem desconforto.

Os usuários que avaliaram especificamente o Museu do Piauí, imóvel histórico do conjunto que mais recebe visitantes, também pontuaram falhas e melhorias urgentes a serem adotadas. Nesse contexto, as reclamações se concentraram no fato do Museu estar localizado em um dos pontos de maior movimentação de pessoas e de comércio, atrapalhando o deslocamento, além de reclamações em relação ao atendimento dos funcionários do Museu. Os horários de funcionamento também receberam críticas, principalmente aos finais de semana.

Em vista do exposto, a coleta de dados secundários em um site de expressiva popularidade e influência entre viajantes, tal como o TripAdvisor, foi de fundamental importância para a investigação da percepção de visitantes de outras

localidades acerca das edificações históricas que cercam a Praça da Bandeira, uma vez que o site conta com grande número de visitantes e recebe frequentes avaliações. Do mesmo modo, os comentários dos usuários oferecem grandes informações sobre o que os visitantes acharam do local visitado e que aspectos podem ser melhorados, de acordo com sua opinião, que podem oferecer material instrutivo na elaboração de melhorias e planejamento da prática turística na Praça da Bandeira e nos edifícios de interesse cultural e histórico que a cercam.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história e cultura de uma localidade já demonstraram serem importantes recursos turísticos e agentes no desenvolvimento local, se corretamente planejados e gerenciados. Nesse contexto, o turismo pode contribuir no revigoramento e revitalização do patrimônio cultural e de centros históricos, provocando mudanças nos locais e nas dinâmicas das comunidades receptoras onde ocorre e assim, atribuindo novos significados ao espaço urbano.

Analisando o objeto em estudo, o patrimônio edificado do entorno da Praça da Bandeira, seus aspectos morfológicos foram essenciais na escolha do núcleo a partir do qual a cidade de Teresina se desenvolveria. Contudo, observou-se que as transformações e modificações sofridas por essa área ao longo do tempo provocaram diversas mudanças, que descaracterizaram seu ambiente natural e construído, tornando-o desordenado, principalmente em face das polifuncionalidades assumidas pela região.

Apesar das atuais problemáticas de ordem paisagísticas e sociais que se relacionam com o entorno da Praça, a mesma em conjunto com seu patrimônio arquitetônico pode, além de centro econômico, tornar-se uma referência cultural e turística para a cidade. Haja vista que a área é também uma referência de gastronomia, artesanato, história e cultura, observa-se a sua grande vocação e viabilidade para que possa se afirmar como um espaço turístico de fato consolidado.

Assim, do ponto de vista social, o turismo pode ser um instrumento para agregar valor à identidade e cultura do espaço onde essa comunidade vive. Ele também pode permitir maior interação do patrimônio com o grupo social o qual se relaciona, como um meio de aproximar e empoderar as pessoas que vivem ou trabalham na área e nessas edificações históricas, tal como passantes, turistas ou mesmo transeuntes desavisados que possam de alguma forma despertar interesse nesse patrimônio.

Somado a isso, o turismo cultural pode ser também uma política estratégica de desenvolvimento e preservação, auxiliando na revitalização da área no recorte da Praça da Bandeira, ajudando a solucionar os problemas existentes. Por fim, a oferta

de um atrativo cultural consistente, que represente a história e cultura da cidade pode dinamizar a atividade turística local, aprimorando a experiência dos visitantes que buscam elementos naturais e culturais da localidade visitada ao revelar uma nova forma de se descobrir e interpretar a cidade.

Para que esse processo possa acontecer, fazem-se necessárias um conjunto de ações e políticas públicas em concordância com a comunidade envolvida, com vista a melhorar a infraestrutura e revitalizar a região em que este patrimônio se localiza. A participação e envolvimento da população autóctone são de suma importância para que a inserção do turismo se dê de forma bem sucedida, assim como a integração dos demais segmentos interessados no uso e ocupação do local. Isso porque a identificação da comunidade com o patrimônio cultural a ser apropriado pelo turismo é o primeiro passo para que ele seja ressignificado dentro do novo contexto temporal em que se encontra, para a partir daí ser estendido aos visitantes da cidade.

Isso, contudo, não está desassociado de impactos, uma vez que muitas dessas ações demandam transformações e rearranjos das ordens já existentes. Porém, desde que se trabalhe com margens aceitáveis cujas prioridades se assentem nos resultados positivos, essas mudanças são válidas.

Conforme colhido com a aplicação da pesquisa, a maior parte dos frequentadores do local e de visitantes demonstra interesse no caráter histórico e cultural que o patrimônio representa, mas questões como insegurança, infraestrutura deficiente, desornamento do comércio e do trânsito influenciam na má experiência vivenciada e mesmo provocam o afastamento, diminuindo o interesse.

Quanto aos pontos positivos mencionados pelos participantes da pesquisa sobre a área, estão a arquitetura e história, a arborização e a boa localização da área, o que os fez recomendar a visita mesmo diante das dificuldades enfrentadas. Já em relação aos pontos negativos, a violência, falta de estrutura, manutenção e conservação, e problemas sociais como a prostituição, presença de moradores de rua e usuários de droga foram lembrados por quase todos os participantes da pesquisa. Foi consenso entre os participantes a necessidade de maior reforço na segurança, com policiamento frequente na área, assim como a manutenção tanto da infraestrutura da Praça (como iluminação e passeios

destinados a pedestres), como maior organização do comércio e o trânsito de pessoas e veículos.

Em vista do observado, ressaltam-se algumas sugestões para que a área possa ser revitalizada e aproximada do público, atraindo a visitação e lançando parâmetros para a dinamização da economia e turismo local, a saber:

- Maior investimento em segurança;
- Ordenamento do trânsito e do estacionamento de veículos nas vias;
- Organização do comércio informal existente;
- Criação de programas e atividades culturais e sociais, sobretudo aos finais de semana, quando a área é subutilizada, a fim de promover sua ocupação;
- Maior inserção e divulgação da área em panfletos e informativos turísticos oficiais, não apenas apontando construções isoladas, mas o conjunto arquitetônico de forma integrada, criando um roteiro histórico;
- Educação patrimonial para a comunidade local como forma de aproximá-la do seu patrimônio cultural.

Desse modo, as melhorias apresentadas em consonância com a promoção de políticas públicas que integrem a comunidade ligada a esse patrimônio e às imediações da Praça da Bandeira, podem oferecer fortes subsídios para a revitalização da área estudada, promovendo melhorias nos seus mais diversos setores, como econômico e social, que se corretamente gerenciados, trarão inúmeros benefícios à economia e qualidade de vida da comunidade local e de seus visitantes.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício. **Sobre a memória das cidades**. In: A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. CARLOS, Ana; SOUZA, Marcelo; SPOSITO, Maria. (orgs.). São Paulo: Contexto, 2016.
- ANICO Marta; PERALTA Elsa. **Heritage and Identity in the Twenty-First Century**. Londres: Routledge, 2009. Disponível em: <www.books.google.com.br> Acesso em: 29 out 2016.
- ANJOS, Claudiana; SOARES, Rafaela. **Trajetória da Praça Marechal Deodoro**. In: Piauí: História, Cultura e Patrimônio. RÊGO, Regina; MENDES, Cecília; QUEIROZ, Teresinha. (Org.). Teresina: Instituto Camilo Filho, 2010.
- BARRETTO, Margarita. **Cultura e turismo: discussões contemporâneas**. Campinas: Papirus, 2007.
- BASTOS, Sênia. **Patrimônio cultural e hospitalidade: Subsídios ao planejamento turístico**. In: Planejamento e gestão em turismo e hospitalidade. DENCKER, Ada (Org.). São Paulo: Thomson, 2004.
- BEN-AMOR Dan; WEISSBERG Liliane. **Cultural Memory and the Construction of Identity**. Detroit: Wayne State University Press, 1999. Disponível em: <www.books.google.com.br> Acesso em: 14 nov. 2016
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo Cultural: Orientações Básicas**. 3.ed. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação, 2010.
- BRASIL, Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1988.
- CARVALHO, André; NÓBREGA, Zulmira. **Um caminho possível: cultura como fator de desenvolvimento no alinhamento do turismo à economia da cultura**. In: Turismo, Cultura e Desenvolvimento. BRASILEIRO, Maria Dilma; MEDINA, Julio; CORIOLANO, Luiza. (orgs.) Campina Grande: Eduepb, 2012.
- CARVALHO, Karoliny Diniz. Lugar de memória e turismo cultural: apontamentos teóricos para o planejamento urbano sustentável. **Cultur: Revista de Cultura e Turismo**, v. 4, n. 1, p. 15-31, 2010. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3239015>> Acesso em 03 jan.2017
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3.ed. São Paulo : Editora Unesp, 2011.
- CONSERVAÇÃO, Coordenação de Registro e. **Sítio Histórico da Praça da Bandeira: Praça Marechal Deodoro da Fonseca**. Disponível em: <<https://crcfundacpiaui.wordpress.com/2012/12/14/sitio-historico-da-praca-da-bandeira-praca-marechal-deodoro-da-fonseca-fotos/>> Acesso em 16: nov. 2016.

COSTA, Otavio. Memória e Paisagem: em busca do simbólico dos lugares. **Espaço e Cultura**, n. 24 SUP, p. S149-S149, 2008. Disponível em: <<http://go.galegroup.com/ps/anonymous?id=GALE%7CA372693981&sid=googleScholar&v=2.1&it=r&linkaccess=fulltext&issn=23174161&p=AONE&sw=w&authCount=1&isAnonymousEntry=true>> Acesso em: 07 out. 2016

CULTURA, Ministério da. **Plano da secretaria da economia criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011-2014**. Brasília: Ministério da Cultura, 2011. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2011/09/Plano-da-Secretaria-da-Economia-Criativa.pdf>> Acesso em: 01 dez. 2016

CUSTODIO, Luiz Antonio B. **Turismo cultural e desenvolvimento local**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO LOCAL, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/difusaocultural/adminseminario/documentos/arquivo/LuisAntonioBolcatoCustodio.pdf>> Acesso em: 21 nov. 2016.

DE QUITO, Normas. Organização dos Estados Americanos, 1967. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>> Acesso em: 25 de nov. 2016.

DE VARINE, Hugues. As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. **Revista Museologia e Patrimônio**, n.02, v.6, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/302/250>> Acesso em: 03 dez.2016

DIAS, Reinaldo. **Introdução ao turismo**. São Paulo : Atlas, 2008.

FIGUEIREDO, Antônio Marcus L. A função turística do patrimônio: questionamentos sobre a ideia de sustentabilidade do turismo cultural. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 5, n. 4, 2006. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=103&path%5B%5D=0>> Acesso em: 09 out.2016

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra. **Patrimônio histórico e cultural**. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009. Disponível em: <<https://books.google.com>> Acesso em: 14 out. 2016

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed, São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Miriam. **De Vila do Poti a Teresina: a mudança da capital do Piauí**. Capital Teresina, Teresina, maio. 2015. Disponível em: <<http://www.capitalteresina.com.br/noticias/teresina-163-anos-urbanizacao-x-hi/de-vila-do-poti-a-teresina-a-mudanca-da-capital-do-piaui-30738.html>> Acesso em: 26 nov. 2016

GONÇALVES, José Airton. **Theresina ontem e hoje**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1992.

GRAHAM, Brian; HOWARD, Peter. *The ashgate research companion to heritage and identity*. New York: Routledge, 2016. Disponível em: <<https://books.google.com.br>> Acesso em: 29 de out. 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de SCHAFFTER, Laurent Léon. 2.ed. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 1992.

HENRIQUES, Cláudia. **Turismo, cidade e cultura: Planeamento e gestão sustentável**. Lisboa: Edições Sílabo, 2003. Disponível em: <<http://tmstudies.net/index.php/ectms/article/view/76>> Acesso em: 01 dez.2016

HENRIQUES, Cláudia. **Turismo cidade e cultura: planeamento e gestão sustentável**. Edições Sílabo, 2003. Disponível em: <<http://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/6876>> Acesso em: 05 dez.2016

HOWARD, Peter. **Heritage: Management, Interpretation, Identity**. London: Continnum, 2003. Disponível em: <www.books.google.com.br> Acesso em 29 out.2016

KUMAR, Ranjit. **Research methodology: a step-by-step guide for beginners**. London: Sage, 2005. Disponível em: <<https://books.google.com.br>> Acesso em: 14 jan. 2017

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MAGALHÃES, Claudia Freitas. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios**. São Paulo: Roca, 2002.

MARTINS, Gilberto de A; LINTZ, Alexandre. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. São Paulo: Atlas, 2000.

MAURICIO, Marjorie. **Os diferentes usos do patrimônio: uma discussão sobre a apropriação turística de bens culturais**. In: V Seminário internacional de políticas culturais. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbossa/files/2014/06/Marjorie-Martins-Mauricio.pdf>> Acesso em 11 jan.2017

MENDES, Maria Cecília. **145 Anos: Teresina cidade futuro**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1997.

MENESES, José Newton. **História & turismo cultural**. Autêntica, 2013. Disponível em: <<https://books.google.com>> Acesso em: 28 out. 2016

NEVES, Berenice. **Patrimônio cultura e identidades**. In: Turismo, Cultura e Identidade. MARTINS, Clerton (org.). São Paulo: Roca, 2003.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993. Disponível em:

<<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>> Acesso em: 09 nov.2016.

PAVAN, Juliana S. **Os desafios da reutilização do patrimônio edificado e da preservação dos valores imateriais para a identidade coletiva**. In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2014, São Paulo. Disponível em: < http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/SC/ORAL/SC-PCI-009_PAVAN.pdf> Acesso em: 05 de nov. 2016

PELLEGRINI FILHO, Américo. **Turismo cultural em Tiradentes: estudo de metodologia aplicada**. São Paulo: Editora Manole, 2000.

PERALTA, Elsa. **O mar por tradição: o patrimônio e a construção das imagens do turismo**. Horizonte Antropológico, vol.9 no.20: Porto Alegre, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832003000200005&script=sci_arttext> Acesso em 27 out. 2016

PESAVENTO, Sandra. **Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano**. Cadernos do LEPAARQ, vol. 2, n. 4, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/893>> Acesso: 09 nov. 2016.

PINHEIRO, Rafaelle; SANTOS, Cristiane. Revitalização urbana e turismo: o caso do centro histórico de Aracaju (Sergipe, Brasil). **Turismo & Sociedade**, v. 5, n. 1, p. 275-294, 2012.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: < http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/37625005/memoria_e_identidade_social.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAJ56TQJRTWSMTNPEA&Expires=1478702046&Signature=GDmVSEf2lacAnEu4u2%2BPRllLeEQ%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DMemoria_e_Identidade_Social.pdf> Acesso em: 02 nov. 2016.

RÊGO, Ana Regina; MENDES, Cecília; (et al). **Piauí: história, cultura e patrimônio**. Teresina: Instituto Camilo Filho, 2010.

REYES, Yolanda B. **El patrimonio y su relación con el turismo**. Instituto de Investigación Servicios y Consultoría Turística, p.5, 2009. Disponível em: <<http://www.turismoruralbolivia.com>> Acesso em: 09 de nov. 2016.

REZENDE, Antonio. **Cultura, memória e sociedade**. In: I Seminário de Cultura, Memória e Sociedade, ASSIS, Nancy; MAGALHÃES, Felipe. EDUNEB, (orgs.) Salvador, 2006.

RICHARDS, Greg. **Turismo cultural: padrões e implicações**. In: Turismo Cultural; estratégias, sustentabilidade e tendências. CAMARGO, P; CRUZ, G. (orgs). Ilhéus: Editus, 2009.

RODRIGUES, Marly. **Patrimônio, ideia que nem sempre é prática**. In: A Construção da Cidade. DISTRITO FEDERAL, Governo do. Brasília: Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1998.

RODRIGUES, Marly. **Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo.** In: Turismo e Patrimônio Cultural. FUNARI, Pedro; PINSKY, Jaime. (orgs.) 4.ed. São Paulo: Contexto, 2007.

ROSS, Jurandyr. **Geografia do Brasil.** São Paulo: Edusp, 1996. Disponível em: <<https://books.google.com>> Acesso em: 11 jan. 2017

RUSKIN, John. **A lâmpada da memória.** In: As sete lâmpadas da arquitetura. São Paulo: Ateliê Editorial, 1996.

SANTOS, Francílio de Amorim dos; SOUSA, Keylon de Oliveira; (et al). A produção do espaço urbano na Praça Marechal Deodoro da Fonseca (Praça da Bandeira), em Teresina-PI. **Revista de Geografia (Recife)**, v.28, n.1, p. 73-81, 2011. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/viewArticle/436>> Acesso em: 01 nov.2016

SILVA NETO, WALBER A. **A praça como lugar de manifestações arquitetônicas: O caso da Praça Marechal Deodoro da Fonseca em Teresina-PI.** In: 3º COLÓQUIO IBERO-AMERICANO, 2014, Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.forumpatrimonio.com.br/paisagem2014/artigos/pdf/266.pdf>> Acesso em: 25 out.2016

TAVARES, Zózimo. **O Piauí no século 20: 100 fatos que marcaram o Estado de 1900 a 2000.** 4 .ed. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2003.

TELES, Reinaldo. **Fundamentos geográficos do turismo.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

TERESINA, Prefeitura Municipal de. **Teresina: aspectos e características.** Teresina: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, 1994.

TERESINA, Prefeitura Municipal. Análise do mercado turístico de Teresina: 2016. Teresina: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, 2016. Disponível em: <<http://supernoite.com.br/downloads/Analise%20pesquisas%20Aeroporto%20de%20Teresina%20Revisado%202016%20OK.pdf>> Acesso em: 28 dez. 2016

TIMOTHY, Dallen J. **Heritage and Tourism: An introduction.** Bristol: Channel View Publications, 2011. Disponível em: <www.books.google.com.br> Acesso em: 22 out. 2016

TYLOR, Edward B. **Primitive Culture.** 6.ed. Londres: John Murray & Albemarle Street W, 1920. Disponível em: <<https://archive.org/stream/primitiveculture01tylouoft#page/n0/mode/2up>> Acesso em: 01 nov. 2016.

TERESINA. **Aniversário de 148 anos.** In: Cadernos de Teresina, ano XII, n.32, Teresina.

OLIVEIRA, Gabrielly. **Patrimônio cultural do Piauí: Praça da Bandeira.**

PIAUÍ, Portal do Governo do Estado do. **Praça da Bandeira, ponto de partida de Teresina**, 2012. Disponível em: < <http://www.piaui.pi.gov.br/terra-querida/historia/id/5488>> Acesso em: 09 de nov. 2016.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO A TRANSEUNTES E FREQUENTADORES DA PRAÇA DA BANDEIRA

1. Sexo do entrevistado:

☐ Feminino ☐ Masculino

2. Faixa Etária:

☐ 15-18 anos ☐ 18-30 ☐ 31-45 ☐ 46-60 ☐ 61-75 ☐ 76 ou mais

3. Com qual finalidade você está frequentando a região da Praça da Bandeira?

☐ Trabalho/Negócios ☐ Estudos ☐ Compras ☐ Lazer ☐ Usar transporte Público ☐ Apenas de Passagem

4. Quantos dos seguintes espaços você já visitou: Museu do Piauí, Mercado Público, Igreja Católica, Prédios Administrativos (ex: Palácio da Cidade)?

☐ Apenas um ☐ De 2 a 3 ☐ Todos ☐ Nenhum

5. Se você pudesse escolher uma das opções abaixo para elaborar um cartão postal que representasse a imagem de Teresina e do local, qual seria?

☐ Museu do Piauí ☐ Mercado Público ☐ Igreja Católica ☐ Prédios administrativos ☐ A própria Praça ☐ Árvores/Área Verde

6. Se todos os imóveis históricos fossem dedicados à visitação, você teria interesse em conhecê-los, e pagaria inclusive alguma taxa, se fosse necessário?

☐ Sim, e pagaria taxas ☐ Sim, mas não pagaria ☐ Não

7. Quais desses elementos vêm primeiro à sua mente ao pensar na Praça?

☐ Prédios históricos ☐ Igreja Católica ☐ Shopping da Cidade/ Lojas/Ambulantes ☐ Mercado ☐ Teatro de Arena/Estátuas/Monumentos ☐ Paradas de ônibus

8. O que você consideraria como maior empecilho ao circular pela região?

☐ Insegurança ☐ Trânsito ☐ Comércio/Ambulantes ☐ Terminal de Ônibus ☐ Sujeira/Lixo ☐ Ausência de passeio/pavimentação para pedestres

9. Em sua opinião, o que mais atrapalha a visualização dos imóveis históricos próximos à Praça?

☐ Comércio/Ambulantes ☐ Tráfego de Trânsito ☐ Transporte Coletivo ☐ Fluxo de Pessoas ☐ Falta de Conservação

10. Se houvessem mais atividades culturais com calendário fixo (eventos, feiras, apresentações, exposições etc.), principalmente aos finais de semana, você teria interesse em frequentar?

☐ Sim ☐ Não

11. Você considera o entorno da Praça um passeio interessante para quem está em visita à cidade, e o recomendaria para amigos/parentes?

☐ Sim ☐ Não

APÊNDICE B – TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado participante, você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada **“MEMÓRIA, IDENTIDADE E CULTURA: O PATRIMÔNIO HISTÓRICO EDIFICADO DO ENTORNO DA PRAÇA DA BANDEIRA EM TERESINA/PI COMO FORMA DE AGREGAR VALOR AO TURISMO LOCAL.”** desenvolvida pela aluna do Curso de Turismo: Keline Sousa Coimbra, da Universidade Estadual do Piauí, sob orientação do Professor Ms Antonio Maurení Vaz Verçosa de Melo. O objetivo central deste estudo é analisar a contribuição que o conjunto arquitetônico do entorno da Praça da Bandeira pode oferecer para fortalecer o turismo local.

Sua participação é voluntária, e você não receberá qualquer tipo de remuneração pela mesma, isto é, ela não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material armazenado em local seguro, garantindo seu sigilo e privacidade. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste termo.

A sua participação consistirá em responder um questionário para levantar sua opinião sobre o tema em questão. O tempo de duração dos procedimentos será aproximadamente de 5 (cinco) minutos. Os dados coletados serão mantidos em arquivos de acesso somente à equipe de pesquisa e ao final da pesquisa guardados, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução CNS 466/12 e orientações do CEP UESPI. Os benefícios esperados são a contribuição para a percepção e valorização do patrimônio edificado da Praça da Bandeira como potencial atrativo turístico de Teresina, estimulando possíveis ações que venham a efetivá-lo como tal, colaborando no desenvolvimento do turismo local.

APÊNDICE B – TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.

Os riscos considerados no desenvolvimento da pesquisa podem ser o desconforto durante a abordagem do entrevistado ao disponibilizar o seu tempo para participar do questionário, podendo ocorrer também um constrangimento na abordagem com o tema referente a descaso público. Caso tais riscos ocorram, a Forma de Assistência será a suspensão parcial, ou total da participação, deixando o entrevistado à vontade para desistir a qualquer tempo ou retirar sua participação mesmo após conceder a entrevista, mantendo ainda o anonimato de sua participação.

Este documento é redigido em duas vias, sendo uma para o participante e outra para o pesquisador.

Teresina, _____ de _____ de _____.

Contato do Pesquisador(a) Responsável:

Telefone: (86) 98803-5957 E-mail do pesquisador (a): kelycoimbra@hotmail.com

Antonio Maureni Vaz Verçosa de Melo

Keline Sousa Coimbra

Bacharelado em Turismo – Universidade Estadual do Piauí

Declaro que entendi os objetivos e benefícios de minha participação nesta pesquisa e concordo em participar.

Nome do Participante da pesquisa ou responsável legal